

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Adiante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 - Série VII - N.º 426
4 de Março de 1982

Preço: 15\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa



NO PRÓXIMO DOMINGO

SEMINÁRIO DO PCP SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA

PÁG. 9



Reportagem da realização no passado sábado do seminário sobre o «pacote AD» para o poder local na pág. 8

SÁBADO MANIF.

LISBOA • OLHÃO • AVEIRO • PORTO
FIGUEIRA DA FOZ • ARRONCHES
COVILHÃ • SOUSEL • TORTOSENDO
PORTIMÃO • PENICHE • SANTARÉM
BRAGA • SEIA • CASTELO BRANCO
ÉVORA • MARINHA GRANDE • BEJA
VILA REAL DE S.º ANTÓNIO • ETC.

PÁG. 12



Páginas centrais

VISITA DE DELEGAÇÃO DO PARTIDO SUÍÇO DO TRABALHO

Páginas centrais

SEMANA Nacional

24 Quarta-feira

A maioria AD na Câmara Municipal de Lisboa aprova aumentos significativos das rendas a pagar nas habitações municipais. Três indivíduos mascarados assaltaram uma embarcação de pesca no Caniçal, na Região Autónoma da Madeira. O rebentamento de uma granada militar abandonada provoca a morte de duas pessoas na localidade de Meimão, próximo de Sabugal. Um representante da Secretaria de Estado das Pescas garante que os seis barcos pesqueiros da SNAPA actualmente na cidade do Cabo (África do Sul), não serão leiloados; o arretamento dos navios foi provocado pelo não pagamento de uma dívida da SNAPA que ronda os 140 mil contos. Pedro Santana Lopes, do chamado sector crítico do PSD, confirma que se encontra demissionário da Comissão Política Nacional daquele partido.

25 Quinta-feira

O CR recebe uma delegação da CGTP-IN que lhe transmite os resultados da greve geral do passado dia 12. A Presidência do Conselho de Ministros e o MAI anunciam que foram enviados a tribunal «autos de notícia» contra eleitos autárquicos da APU e trabalhadores municipais, «por actos praticados» durante o dia da greve geral. É assinado o cordão de saneamento financeiro da RDP. A Comissão Permanente anuncia em comunicado a sua «frontal oposição ao projecto-lei sobre o aborto», bem como a disposição de substituir os seus deputados que tenham problemas de consciência em votar contra o projecto do PCP. Segundo Vítor Alves, porta-voz do CR, o ministro da Defesa, Freitas do Amaral, está a ultrapassar os seus poderes ao estabelecer contactos regulares com as chefias e unidades militares.

26 Sexta-feira

É publicado um decreto que classifica como monumentos nacionais, entre outros, a ponte D. Maria e o palácio da Bolsa no Porto, bem como o palácio do Marquês da Fronteira, em Lisboa. Um grupo armado rouba na zona de Marvila, Lisboa, um rebano de cem ovelhas. O director-geral do Tesouro recebe do embaixador dos EUA em Lisboa um empréstimo de 32 milhões de escudos destinado à construção de escolas. O CR divulga um comunicado em que se pede contas ao Governo sobre a «insurreição» inventada pelo titular do MAI. O Presidente da República, general Ramalho Eanes, preside na reitoria da Universidade Clássica de Lisboa à sessão inaugural do primeiro Congresso da SEDES. Mais de uma dezena de presidentes de câmaras do Alentejo exigem em conferência de imprensa o imediato relançamento das obras da barragem do Alqueva, suspensas pelo Governo há mais de ano e meio.

27 Sábado

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de Ponta Delgada anuncia que um «objecto voador não identificado» sobreviou na madrugada de ontem a ilha açoriana de Graciosa. A Revista «Poder Local» realiza em Lisboa um seminário sobre o «pacote legislativo autárquico» apresentado pelo Governo. O semanário «Expresso» divulga um documento «interno e secreto» do PSD, em que se afirma que o PS tem pressa em fechar o acordo com aquele partido no que respeita à Revisão Constitucional; a data limite apontada era o dia 15 de Fevereiro. O Presidente da República inicia uma visita de três dias à Beira Interior, a convite de diversas autarquias locais. Falando em nome do Governo, Marcelo Rebelo de Sousa invoca o segredo de justiça para a não apresentação de provas da invenção de Ângelo Correia. Sobrinho de Moraes, ex-presidente da CM de Valpaços, demite-se da Comissão Política concelhia do PSD, juntamente com mais cinco membros daquele partido.

28 Domingo

O ministro dos Negócios Estrangeiros, André Gonçalves Pereira, chega ao Brasil para uma visita oficial de uma semana. A Assembleia de Freguesia do Porto Judeu (PSD), na ilha Terceira demite-se em sinal de protesto contra a destruição de um «nicho» religioso ordenada pela CM de Angra do Heroísmo (PSD). O Colégio Militar comemora o seu 179.º aniversário com um desfile pela Avenida da Liberdade, em Lisboa. O Presidente da República visita Alter do Chão, no âmbito do 750.º aniversário da concessão de foral de vila daquela localidade.

1 Segunda-feira

O Instituto Nacional de Estatística informa que os preços no consumidor, excluindo a habitação, aumentaram 1,8 por cento em Janeiro relativamente a Dezembro último; em relação a Janeiro de 1981 o aumento foi de 23,7 por cento. Cerca de 1700 trabalhadores do arrasto costeiro paralisam em defesa da revisão justa do seu Contrato Colectivo de Trabalho. A direcção do Sindicato dos Jornalistas é recebida pelo Provedor de Justiça, a quem manifesta as preocupações pela situação que se vive no sector da comunicação social estatizada, em especial na RTP. Termina a visita oficial de três dias que o Presidente da República efectuou à Beira Interior e Alto Alentejo; das declarações do PR destaca-se a importância dada à defesa e consolidação do Poder Local democrático.

2 Terça-feira

Começa na Assembleia da República o debate dos três projectos do PCP sobre protecção e defesa da maternidade, garantia ao planeamento familiar e interrupção voluntária da gravidez. A Federação dos Sindicatos Ferroviários informa que nenhum dos cerca de 24 mil trabalhadores da CP recebeu ainda os salários de Fevereiro. Os CTT informam que as novas tarifas postais já publicadas em «Diário da República», entram em vigor na próxima segunda-feira, dia 8; o valor mínimo das novas tarifas é de dez escudos. A Câmara Municipal de Lisboa cede formalmente a casa onde viveu António Sérgio ao Instituto do mesmo nome para o Sector Cooperativo; a casa deverá transformar-se num Centro de Estudos Cooperativos. O secretário-geral do PS, Mário Soares, declara em entrevista à Rádio Renascença que se o actual Governo for demitido e «se a AD quiser tentar formar novo governo», acha «muito bem». O 1.º Tribunal Militar Territorial absolve os doze militares do Ralis réus no caso do assalto à embaixada de Espanha, em 1975.

Efeméride da Semana - A 25 de Fevereiro de 1855 nasce em Lisboa o poeta Cesário Verde.

Editorial

AS MANIFESTAÇÕES DE SÁBADO NA ROTA DA GREVE GERAL

Nas manifestações de depois de amanhã, sábado, os trabalhadores portugueses, certamente numa poderosa afirmação de massas, vão dar novo passo com a exigência da demissão do Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral. Nos dias de preparação, efectivação e rescaldo da Greve Geral de 12 de Fevereiro, os portugueses, em particular os trabalhadores, puderam verificar ao vivo, numa maneira directa, como a verdade é um conceito de classe. Para todos os explorados da cidade e do campo, cujo combate emancipador se concebe e desenvolve com base na ciência, a verdade não pode deixar de ser rigorosamente científica. Só esta verdade serve os seus interesses de classe — só esta verdade é revolucionária.

Também os exploradores do suor alheio têm a sua «verdade». Chama-se demagogia e mentira, uma e outra acessórias do seu domínio violento de classe. A «verdade» dos exploradores é a inverdade contra-revolucionária. O Governo «AD»/Balsemão/Freitas, que representa e serve no Poder os interesses das classes exploradoras, mostrou antes, durante e depois da Greve o seu conceito reaccionário de verdade. A máquina de contra-informação, contra-propaganda, e diversão da coligação governamental falseou, silenciou ou deturpou grosseiramente o carácter, a envergadura e as determinantes sociais e políticas da histórica jornada do dia 12.

Desde já a «AD» se prepara para mentir novamente em relação às manifestações do dia 6, diminuindo a sua certa grandeza e o seu significado. Mas elas falarão por si.

Para a «AD» e os seus escribas e aliados, a Greve Geral de 12 de Fevereiro foi um «fiasco» da CGTP-IN, uma «grande derrota» do PCP, uma tentativa «insurreccional» abortada dos comunistas.

Uma das folheas fascistas escreveu mesmo, inspirada na paranóia do ministro Ângelo Correia:

«A Greve Geral foi uma farsa para canalizar as atenções enquanto na sombra e em quase total segurança se desenvolviam outras actividades, isto é, fazer entrar em Portugal centenas de agentes comunistas sem que as autoridades se apercebessem do que se estava a passar.

«Os 700 agentes do Leste entrados em Portugal desde Janeiro e que se volatilizaram, tinham por objectivo treinar grupos armados em Portugal e Espanha que pudessem provocar acções terroristas a curto prazo para a concretização dos planos soviéticos de desestabilização da Península». Neste último aspecto Mário Soares emitiu opiniões idênticas.

Nas vésperas, no decurso e depois da Greve Geral assistiu-se à vergonhosa, indecente e antidemocrática manipulação, pela frente unida antioperária sob a batuta da «AD», dos órgãos de comunicação social estatizados, em particular da RDP e da RTP, para a propalação da mentira e da calúnia, numa autêntica «lavagem ao cérebro» do Povo português, numa desesperada difusão da inverdade contra-revolucionária.

A batalha da verdade decidida pelo CC do PCP, actualmente em plena realização por todo o País, é uma direcção necessária não só do combate para correr com a «AD» do Poder como para recolher integralmente para o património de luta da classe operária portuguesa a preciosa experiência da «mais vasta, participada e poderosa (Greve) da história do movimento operário português».

A greve geral de 12 de Fevereiro representou um salto qualitativo do movimento popular de massas dirigido contra o Governo «AD»/Balsemão/Freitas e a sua política e revelou e aprofundou de maneira nítida a redução da base social e política de apoio da coligação governante.

Desta histórica jornada, entre outros, três aspectos queremos destacar: a Greve Geral foi uma viva demonstração

- a) da democracia existente no movimento operário;
- b) da superior capacidade de organização e operosidade dos trabalhadores portugueses;
- c) da vocação da classe operária para reunir à sua volta outras classes e camadas sociais da população portuguesa afectadas pelo sistema de exploração capitalista.

A classe mais numerosa e concentrada da nossa popula-

ção deu uma prova lapidária do seu democratismo de classe, da sua singular capacidade para tomar decisões importantes e rápidas no plano nacional e numa conjuntura instável na base de uma auscultação e participação democráticas de centenas de milhares de trabalhadores.

No dia 15 de Janeiro mais de 500 dirigentes de 231 organizações sindicais decidem unanimemente no plenário da Inter propor a Greve Geral de 24 horas.

Recorde-se que antes se debatia no seio do movimento sindical se a jornada devia assumir o carácter de uma paralisação geral de um dia ou de meio dia.

O meio milhar de dirigentes sindicais trouxeram para o plenário de 15 de Janeiro uma informação objectiva da disposição de luta dos trabalhadores das mais diversas regiões, empresas e sectores profissionais, na base da qual decidiram unanimemente propor a Greve Geral.

Levaram depois à discussão e aprovação dos seus companheiros, organizações e sectores de trabalho a proposta da CGTP-IN.

Esta proposta de Greve Geral foi discutida e aprovada parceladamente em mais de 4100 plenários de empresa, de zona, de delegados sindicais e só em 2978 participaram 278 700 trabalhadores.

E quando a decisão final foi tomada, nela participaram mais 32 sindicatos, num total de 263 associações, sindicais entre as quais 73 sindicatos não filiados.

A participação na Greve Geral de cerca de um milhão e quinhentos mil trabalhadores, no pleno exercício dos seus direitos constitucionais, é o resultado desta profunda auscultação de massas e debate democráticos.

É interessante, neste capítulo dos números da Greve Geral, aferir a verdade e a mentira dos seus organizadores e dos seus opositores e inimigos.

A CGTP-IN, a central divisionista UGT e o Ministério do Trabalho revelaram na emergência e de maneira significativa o seu critério da verdade.

Nos números globais, enquanto a CGTP-IN dava uma participação (verificada) de cerca de milhão e meio de trabalhadores, o MT dava apenas 480 000 mas a UGT, ainda mais papista do que o «seu» papa, punha a coisa apenas em 350 000 participantes!

Por grandes regiões avalla-se melhor a percentagem de mentira da «central» do sr. Torres Couto:

Em Lisboa a CGTP-IN apurou 85% de adesões à greve mas a UGT só contou 23% (!); no Porto as percentagens respectivas foram de 75% e 12% (!); na região Norte (com excepção do Porto) 62,5% e 2% (!); no Centro (com excepção de Lisboa) 71,4% e 5% (!); no Sul 87% e 2% (!); nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira 21,2% e 0% (!).

Em algumas grandes empresas os «óculos» fumados da UGT só viram para a EPAL, 30% (contra os 100% apurados pela CGTP-IN); na Petroquímica 20% (contra 84%); na Carris 56% (contra 90%); no Metro 60% (contra 100%); na Quimigal 31% (contra 100%); na Siderurgia 83% (contra 100%); na EDP 40% (contra 100%).

A Greve Geral mediu-se também em números, a verdade política também se quantifica. No próximo sábado os trabalhadores darão a resposta aos falsificadores da História.

No plano da organização, a rapidez e amplitude do esforço realizado pelos sindicatos aderentes à Greve não têm paralelo na história do nosso movimento operário.

A esquematização nacional é por empresas ou sectores profissionais dos plenários de trabalhadores; as convocações e contactos; a resolução de uma infinidade de problemas técnicos, alguns bastante complexos (salas, aparelhagem sonora, transportes, elaboração e afixação de cartazes, etc.) puseram à prova a operosidade e capacidade de organização do movimento sindical unitário e das restantes estruturas unitárias dos trabalhadores.

Contudo, onde se afirmou com força a capacidade de organização do movimento operário português com vistas ao sucesso da Greve Geral de 12 de Fevereiro foi na criação de milhares de piquetes de greve alguns dos quais enquadrando centenas de trabalhadores homens e mulheres. Os piquetes de Greve revelaram-se órgãos superiores e

essenciais para a condução e o êxito da Greve tanto nas grandes concentrações industriais como em muitas empresas de porte mais modesto.

A rigorosa observância da ordem e da legalidade democráticas; a materialização e defesa do direito à greve e mesmo do apreço ao direito ao trabalho — que o ministro Ângelo Correia falou em «garantir» com os seus «policías de intervenção» — a acção persuasiva e esclarecedora junto dos hesitantes; a defesa das instalações fabris; a manutenção de serviços de urgência; a vigilância contra as provocações; a recolha e distribuição de solidariedade aos grevistas, foram aspectos jamais verificados numa tão vasta escala.

A organização da Greve Geral foi além do mais um grande vínculo de unidade entre os trabalhadores. Nos piquetes, nas tarefas de agitação, na solução dos problemas técnicos, trabalhadores comunistas, socialistas, de outras formações políticas ou de nenhuma, deram o braço, soldaram uma potente cadeia de unidade, alargaram e consolidaram a via dos seus interesses comuns, cimentaram os fundamentos para novas e mais vastas lutas.

De facto a unidade dos trabalhadores do movimento operário e sindical, é um fenómeno natural que assumiu sob o Governo da Aliança reaccionária, com relevo para o ano de 1981 mas principalmente no decurso da Greve Geral de 12 de Fevereiro, expressões surpreendentes e novas. A unidade da classe operária temperada no fogo da luta inspira no momento actual a unidade de outras classes e camadas cujas profundas aspirações se identificam em planos e momentos decisivos.

Na Greve Geral de 12 de Fevereiro ou coincidindo com ela, participaram sectores sociais que não se englobam na classe operária e que na sua esfera específica deram elevados exemplos de combatividade.

Neste conjunto deve destacar-se a luta dos pequenos e médios agricultores do Norte e Centro que desenvolveram uma ampla acção reivindicativa no início de Fevereiro.

Milhares de agricultores muitas vezes obstruindo o trânsito com as suas máquinas e tractores, fazendo ocupações, concentrações e desfiles, entregando representações e abaixo-assinados, movimentaram-se em torno das suas reivindicações específicas no plano nacional.

Em Vila Nova de Cerveira (onde se concentraram agricultores de Caminha, Melgaço, Monção, Cerveira e Valença) do distrito de Viana do Castelo; em Braga, Famalicão, Barcelos e Guimarães; em Vila do Conde e Porto; em Vila Pouca de Aguiar, Chaves, Botiças e Vila Real; em Moncorvo, Bragança, Freixial (Vila Flor) e Linhares (Carrizada de Ansiães); em Vale de Cambra; em Trancoso, Foz Coa e Figueira do Castelo Rodrigo; no Fundão; em Moimenta da Beira, Viseu e Soutosa; em Meães e Montemor-o-Velho, Miranda do Corvo, Soure, Vila Nova de Poiares, Condeixa, Coimbra, Figueiró do Campo, Oliveira do Hospital, nas Caldas da Rainha, na Golegã, em Almeirim; em Alenquer e vários outros locais os agricultores fizeram valer as suas razões e em vários casos obtiveram a satisfação das suas reclamações.

São também inúmeros os casos de pequenos comerciantes e industriais que encerraram as suas portas durante a Greve Geral, em alguns casos assumindo firmes atitudes contra os fura-greves.

A batalha da verdade manda que tais lutas, acções e atitudes não fiquem sepultadas no silêncio em que a «AD», os seus escribas e aliados as querem afundar.

As manifestações de sábado são a sequência imediata da Greve Geral de 12 de Fevereiro; o desenvolvimento político da extraordinária movimentação de massas que criou em Portugal uma situação nova.

Esta situação nova torna mais favorável e urgente toda a iniciativa institucional que liberte o País da política de desastre nacional da «AD».

A demissão do Governo «AD»/Balsemão/Freitas; a dissolução da Assembleia da República; a formação de um governo de gestão, e a realização de eleições antecipadas, são passos cujo prolatamento acumula graves ameaças contra o regime democrático e as conquistas de Abril. E para isso, o tempo urge.

A CONFERÊNCIA DO PCP SOBRE O PODER LOCAL editadas as Comunicações finais em 14 volumes



- PODER LOCAL NO PORTUGAL DE ABRIL
- PODER LOCAL SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS
- POLÍTICA DE UNIDADE INFORMAÇÃO AS POPULAÇÕES
- DESCENTRALIZAÇÃO E RELAÇÕES COM O PODER CENTRAL
- FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS
- ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
- HABITAÇÃO ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E POLÍTICA DE SOLOS
- RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO BÁSICO REDE VIÁRIA TRÁNSITO E TRANSPORTES ELECTRIFICAÇÃO
- ECOLOGIA
- EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES, JUVENTUDE
- PATRIMÓNIO CULTURAL
- SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL
- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
- AS FREGUESIAS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL PORTUGUESA

AUTÉNTICA ENCICLOPÉDIA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS AUTARQUIAS INDISPENSÁVEL AOS ELEITOS AUTÁRQUICOS E A TODA A POPULAÇÃO

Uma grande iniciativa das edições Avante! Distribuição

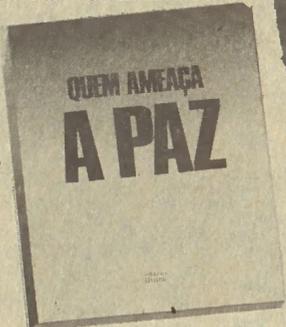
Uma política de subserviência ao imperialismo norte-americano tem utilizado maciça e desavergonhadamente a televisão, a rádio e muitos jornais como amplificadores da campanha de intoxicação ideológica, belicista e anti-soviética.

QUEM AMEAÇA A PAZ

Torna-se imperioso divulgar os dados e os factos que permitem formular um juízo objectivo sobre a candente questão da Guerra e da Paz nos nossos dias.

É esse o objectivo da edição em português da presente obra.

edições Avante!



Um livro em defesa da Paz e do desanuviamento e contra o aumento da tensão internacional.

NENHUM HOMEM É ESTRANGEIRO



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha - 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Haska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Fevereiro 54 760

Assembleia da República

Interrupção voluntária da gravidez

O debate está lançado na Assembleia e no País

O maior silêncio. A maior atenção. Há muito que não se produzia, na Assembleia da República, uma tal sessão. Cá fora muitas mulheres aguardavam a vez de entrar. Outras distribuíam comunicados. Uma declaração assinada pelo Secretariado Nacional do MDM veio ter à bancada da Imprensa, defendendo expressamente a garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual e exigindo a revogação da lei repressiva do aborto. Uma declaração de uma comissão de mulheres pela legalização do aborto e em defesa da maternidade responsável era também distribuída à entrada de S. Bento.

Para quem pensasse que se ia tratar apenas do aborto, o que aconteceu em S. Bento alterou profundamente essa expectativa. Maiores perspectivas se abriram, durante a intervenção de Zita Seabra que leu um longo discurso onde a questão da defesa da maternidade, do planeamento familiar e da educação sexual e, por fim, a da interrupção voluntária da gravidez, foram tratadas numa perspectiva global.

Terça-feira, 2 de Março. São horas, as galerias enchem-se, a conta-gotas, coadas pelos severos serviços de segurança. Mas enchem-se. De mulheres na esmagadora maioria. Um secretário da mesa lê correspondência. Ficamos a saber que, entre outras pessoas que escreveram para a AR, uma tal Maria Helena, do Porto, é contra o aborto; o mesmo diz o casal Palha, de Lisboa.

Depois entra-se no período de antes da Ordem do Dia. Pelo

PCP, Sousa Marques produz uma retumbante declaração política criticando o Governo que não só não cumpre as suas promessas eleitorais quanto à Função Pública como impôs aos seus trabalhadores um aumento de 10,8 por cento. "Voltamos aos tempos", disse, "em que os funcionários públicos eram considerados trabalhadores de segunda, aos quais, sistematicamente, se negavam direitos e exigiam serventuárias atitudes". Mas o que magoou mais a

direita foi a frase logo dita ao princípio da intervenção do deputado comunista: "O Governo vai cair".

Desorientação e pânico

A partir dessa frase foi a desorientação e o pânico. Pareceu que o Governo tinha mesmo caído e a "AD" procurava boiar entre os assombros. A maioria tinha sido renitente em ocupar os seus lugares no hemiciclo. Agora não conseguia fazer orelhas moucas às acusações. E sabiam os deputados da direita que o pior estava para vir.

O Partido Socialista pede uma interrupção de 15 minutos. Ao fim de meia hora, o PSD pede, por sua vez, uma interrupção por igual período. Passavam 12 minutos das 17 horas quando o Presidente, declarando reaberta a sessão, depara com a bancada do PSD completamente vazia. O PPM encarrega-se então de salvar a situação. Nova prorrogação. Desta vez, incluída no intervalo regimental, São 18 horas quando Zita Seabra sobe à tribuna. Durante todo esse tempo, a discussão era brava nas salas dos "socialis-democratas". O debate já tinha começado nos partidos antes de se ouvirem as primeiras palavras da deputada comunista.

Suscitar um debate sério, ponderado e profundamente virado para a realidade nacional e não um debate apaixonado e cego, atacando em cima do joelho com argumentos em cima da hora ou importados de (mal) copiados lá de fora, foi, aliás, nas palavras de Zita Seabra, premissa do PCP. Debate apenas sobre o aborto? Não. A defesa da maternidade como acto livre, responsável e consciente, a consagração em lei de direitos fundamentais dos cidadãos e particularmente das mulheres são os objectivos dos três projectos que, como foi sublinhado, não devem ser discutidos isoladamente, constituindo um bloco indissociável.

Zita Seabra apelou para que a AR dinamicasse um debate político, ouça técnicos, representantes das várias correntes de pensamento, personalidades e organizações representativas das mulheres, disponha de números que retratem a realidade, se desloque deste hemiciclo, salas e corredores e vá ao encontro da vida e se dê então possibilidade de votação consciente do assunto tão importante como este.

O debate está lançado. Claro que uns estão em dificuldades.

Talvez as superem. Mas, como vimos anteontem, alguns são mesmo incapazes de debate sério.

Alguns, como se vê desde há dias, ficaram em pânico... disse Zita Seabra. Mas não é de estranhar. Ficarão sempre em pânico quando vierem discutir e equacionar os problemas da mulher, como o ficam sempre que apresentam que o caminho que se vai abriendo à mulher como cidadã de pleno direito, põe em causa o que julgam ser os seus interesses, quando percebem que não podem mais contar com "bancas de porcelana" ou "fadas do lar" destinadas a esgotar-se marginalizadas do trabalho produtivo, da vida social, cultural ou cívica, a esgotar-se entre as panelas e as tenelovelas.

A deputada do PCP passou depois à apresentação detalhada de cada um dos projectos, durante o seu longo discurso de uma hora. O silêncio da atenção era só quebrado pelos vibrantes aplausos que não raro uniram todos os deputados da esquerda, enquanto a bancada do CDS empalmeira e a do PSD se retorceia nas cadeiras.

Ter filhos é uma importante manifestação de vida, susceptível de dar à mulher e ao homem extraordinárias possibilidades de felicidade e de renovação, disse a deputada, sublinhando depois que, nos nossos tempos, a evolução técnica e científica veio tornar possível consagrar como um direito fundamental dos cidadãos e muito particularmente da mulher, o direito de decidir ter ou não ter filhos, quantos filhos e o intervalo entre os nascimentos, permitindo igualmente concretizar como primeiro direito da criança o direito a

ser desejada pelos pais.

Mas a maternidade tem que encontrar por parte do Estado o apoio que permita que a gravidez, o parto e o filho que vai nascer sejam fonte de felicidade e encorajados com confiança por quem decidiu dar vida a um novo ser. É necessário e urgente uma política de protecção à infância e à maternidade. Isso depende do próprio futuro da comunidade que somos.

Explicando o que o primeiro dos projectos adianta no que respeita à consagração de direitos e à adopção de medidas de protecção à maternidade — cuidados de saúde, condições de trabalho e segurança social — medidas que já aqui a mesma camarada adiantou recentemente em entrevista concedida ao "Avante!", Zita Seabra sublinhou:

É tempo de a Assembleia da República se debruçar sobre a situação da mulher portuguesa e particularmente da mulher trabalhadora. Ir ao encontro do seu sentir, das suas aspirações e problemas não é uma dádiva, não é um favor, é um dever inadiável desta Assembleia para com milhões de mulheres portuguesas de todos os estratos e camadas da população.

Abordando depois o objectivo do segundo projecto de lei — que garante o direito ao planeamento familiar e à educação sexual, Zita Seabra não deixou de denunciar a hipocrisia daqueles que se agarram hoje à invocação desses direitos quando, a partir do Governo, os impedem, desencadeando contra ela uma ofensiva obscurantista e retrógrada. Ao mesmo tempo, a deputada, expondo números, deu um negro panorama do que é o

planeamento familiar em Portugal.

Em matéria de planeamento familiar, explicou a seguir, o projecto, depois de o definir, estabelece garantias do exercício desse direito fundamental: liberdade de informação sobre regras e métodos; livre decisão sobre o uso de meios contraceptivos e sobre os métodos; liberdade de acesso de todos os cidadãos que de tal careçam, independentemente do estado civil, idade ou situação económica. Consagra-se, pois, a possibilidade de acesso dos jovens às consultas de planeamento, contrariando a recente orientação imposta pelo Governo e estabelece-se a gratuidade dos meios e consultas.

Alternativa

A questão não é ser-se a favor ou contra o aborto, condenar ou não o aborto, sublinhou Zita Seabra, falando mais adiante do projecto sobre a interrupção voluntária da gravidez e denunciando o facto muito conhecido: o aborto existe, centenas de milhar praticam-se por ano em Portugal, mulheres morrem ou ficam estropeadas porque o aborto se pratica clandestinamente.

O aborto é sentido por todos como um último recurso, um mal a prevenir e a evitar. A questão que se deve colocar, a verdadeira alternativa é entrar o aborto clandestino e o seu lado, não cessa de lembrar a todos que se viveu em 12 de Fevereiro um dos momentos altos do movimento operário e popular em Portugal, como afirmou Veiga de Oliveira.

Vitória dos trabalhadores e da democracia, a greve geral foi a manifestação política-social mais vasta, mais participada e mais poderosa do movimento operário e laboral português, sublinhou o deputado comunista, que mais adiante, apontou a necessidade de assinalar os factos, analisar as conclusões e projectar, na nossa actividade política, o sentido mais profundo da luta da luta do dia 12, para o nosso dever nacional e para o presente e o futuro do povo construtor da democracia portuguesa.

Assim, a greve geral surge, para o PCP, que lembrou mais uma vez os números e os factos deste acontecimento nacional que se configura com a onda da maré cheia do descontentamento popular e das justas aspirações democráticas das camadas laboriosas, como razão mais que suficiente para que, no hemiciclo, se proceda a um balanço — sem dúvida acusatório — do que o Governo tem feito e não tem feito. O modo como o executivo de Balsemão reagiu à tomada de posição dos trabalhadores portugueses foi, em si mesmo, a prova cabal de que tem governado contra a vontade destes e do povo em geral, de que teme a democracia e de que a procura subverter para poder manter-se.

A intervenção do camarada Veiga de Oliveira deixou, deste modo, na Assembleia, a ideia de que a atitude dos comunistas durante a interpelação ao Governo, vai ser profundamente crítica, passando a pente fino a acção do executivo e, como é de esperar, apontando alternativas consequentes e possíveis.

Governo malfadado

Mais que os anteriores Governos da "AD", o li de Balsemão nasceu malfadado — afirmou o camarada Veiga de Oliveira. — Classificando os trabalhadores como parasitas, o Primeiro-Ministro, durante a discussão do Programa do Governo, anuncia a intenção de alterar as leis do trabalho visando reduzir drasticamente os direitos dos trabalhadores. De seguida, João Salgueiro anuncia um tecto salarial que significaria uma perda acentuada do poder de compra dos salários e concretiza a sua política através do agravamento dos preços dos transportes, água, luz, combustíveis e produtos de primeira necessidade. No sector da saúde o Governo lança muitas vezes das repressões nas empresas, sobretudo depois da greve geral, foi o problema mais levantado por aqueles trabalhadores.

Já na freguesia de Vilafranca, os deputados acompanhados por um elemento da APU na Junta de Freguesia visitaram vários locais de interesse, nomeadamente a escola, o cemitério e o bairro

de saúde, em condições que salvaguardem a vida, a saúde e a dignidade da mulher, como sucede nos países democráticos.

E mais adiante: A alternativa ao drama do aborto clandestino nunca poderia ser, pois, a manutenção do aborto clandestino deixando intacta a lei que o fomenta. A alternativa é a protecção e defesa da maternidade, o incremento do planeamento familiar e a delimitação de um quadro legal que defenda a saúde, a segurança, a dignidade de quem recorra à interrupção da gravidez.

Zita Seabra, que destacaria também, para além das condições em que o projecto admite a interrupção da gravidez — como último recurso —, o facto de que a maioria dos Estados o admite, assim como organizações internacionais como a ONU, e a OMS, lembrou:

Estas não são questões acessórias ou secundárias entre os grandes problemas sociais e políticos do nosso país. Em particular o aborto clandestino é um grave problema e a sua resolução só tende a unir a esmagadora maioria dos portugueses de mais diversos partidos, ideologias, confissões.

E assim se verificou. O interesse dos projectos revelou-se logo pelo elevado número de inscrições — 19! — para pedidos de esclarecimento. A maioria destes abriram com felicitações ao PCP e a Zita Seabra. Lopes Cardoso, da UEDS, congratulando-se, colocou o seguinte questionamento: "É preferível um projecto único que englobe os três; Barilaro Ruas, do PPM, que encontrou seriedade no tratamento dos problemas, reflectiu na sua dimensão metafísica; António

Arnaut, do PS, concordou que os projectos visam, no fundamental, defender a maternidade livre e consciente, prometendo o contributo do PS ao debate; Miranda, da ASDI, declarou que a posição dos deputados da formação política seria individual; Tomé, da UDP, saudou também a intervenção de Zita Seabra; Helena Cidade Moura manifestou a intenção do MDP em colaborar no debate, levantando desde logo algumas objecções aos projectos.

O PSD: enquanto Helena Roseta ficava de cabeça baixa, Manuel Pereira leria uma declaração formal do seu partido a dizer que não, por motivos políticos. Foi esse o resultado da discussão interna.

CDS: como classificar? À falta de argumentos, reservaram o ultramontanismo às mães. Que, quer queira atacar as mães. Que a interrupção da maternidade é obra da "AD" e é já há muito uma realidade. Que a lei do século passado que condena o aborto tem mais de dois mil anos. Ou então esta: se se permite o aborto, por que não a prostituição? Todas estas tiradas em nome "do direito à vida".

Zita Seabra não os deixaria sem resposta:

Os que aqui defendem o direito à vida são os mesmos que defendem o direito ao aborto clandestino, esse flagelo social e esse negociação sórdida... os que pretensamente defendem o direito à vida, o que fazem é defender o direito à morte das mulheres. O debate está lançado. De um lado, está a defesa da maternidade e da dignidade da mulher. Do outro, bem reduzido, prometem mais enriquecimentos, à falta de argumentos.

antipopulares e antidemocráticos da sua política.

Desprezando completamente os limites de actuação governamental em regime democrático, o Governo "AD" monopolizou a TV, a Rádio e outros órgãos de comunicação social do Estado para difundir ameaças, intimidações, mentiras, invenções, provocações e infâmias, enviando a opinião pública. Tentou negar a legalidade da greve e violar a lei que a enquadra, tentando designadamente dificultar a acção dos piquetes de greve e lançando interrogatórios inquisitoriais aos trabalhadores da Função Pública e das empresas públicas. Montou provocações, tentando identificar a greve com uma insurreicção ou golpe de Estado. Manipulou as forças de segurança, atacando-as e lançando-as contra grevistas e outros pacíficos cidadãos. Cobriu com a sua protecção e repressão patronal, designadamente despedimentos e substituição de trabalhadores em greve. Malbaratou dinheiros públicos na compra de fura-greves e na montagem de ilegais circuitos paralelos destinados a furar a greve.

No decorrer da sua intervenção, o camarada Veiga de Oliveira acusou directamente o ministro da Administração Interna que assumiu pessoal e directamente o papel de ponta de lança na criação de um clima de insegurança, na invenção de um suposto plano insurreccional.

Face aos últimos acontecimentos e ao papel deles desempenhado pelo ministro da Administração Interna, é indispensável que seja praticado de imediato o acto de higiene pública que é a sua demissão. Mas, por tudo o que expus, é também urgente demitir este Governo, substituí-lo e substituí-lo a sua política. É urgente dissolver a Assembleia da República que o suporta e dar de novo a voz ao povo português.

Um tal debate democrático afirmou mais adiante o camarada Veiga de Oliveira e profundamente crítica, passando a pente fino a acção do executivo e, como é de esperar, apontando alternativas consequentes e possíveis.

Em contacto com as populações

Os deputados do PCP Ilda Figueiredo, Gaspar Martins e Manuel Almeida visitaram durante o passado fim-de-semana as freguesias de Vilafranca/Santo Tirso e S. Pedro da Cova/Gondomar. No sábado, em Santo Tirso os deputados reuniram com trabalhadores da M. Monteiro e Costa e da Combitur e com dirigentes sindicais têxteis da zona. O problema da repressão nas empresas, sobretudo depois da greve geral, foi o problema mais levantado por aqueles trabalhadores.

Já na freguesia de Vilafranca, os deputados acompanhados por um elemento da APU na Junta de Freguesia visitaram o Bairro Mineiro do Passal, onde reuniram com o Centro Cultural e Desportivo e com a Comissão de Moradores, os bairros mineiros do Farrobo e da Cabine e o Centro Revolucionário Mineiro, onde também reuniram com dirigentes.

Além dos contactos com a população, por quem foram bem recebidos, os deputados comunistas tomaram conhecimento mais profundo dos problemas destas zonas para poderem intervir em futuras acções.

Convenção Nacional Democrática

Mais adesões!

A Convenção Nacional Democrática iniciará os seus trabalhos às 14.30 horas do dia 20 de Março e encerrará às 17 horas do dia 21 — pode ler-se no Regulamento que a Comissão Promotora, que funciona na Voz do Operário, em Lisboa, já publicou.

O facto é que, porém, os trabalhos da Convenção já começaram na sua preparação por todo o país e as organizações farão confluír para o Coliseu dos Recreios, muitos delegados cuja palavra será a do povo português em defesa da Constituição de Abril.

As notícias de novas adesões — diariamente elas chegam a Comissão Promotora — provam o dinamismo que vem ganhando as organizações populares, sindicatos, associações culturais e profissionais.

Nos últimos dias de Fevereiro já se conheciam, por exemplo, as seguintes adesões no distrito de Leiria — MURPI de Peniche, Sport Operário da Marinha Grande, Orleão de Leiria, Sporting Clube Marinhense, Cooperativa do Povo da Marinha Grande, Comissão de Trabalhadores e Comissão Intersindical da "Anibal H. Abrantes", Associação Sindical União dos Reformados da Previdência, Secretariado das Comissões de Moradores da Marinha Grande, Comissão Representativa de Trabalhadores da Câmara Municipal da Marinha Grande, União dos Pequenos e Médios Agricultores de Porto de Mós, União dos P.M.A.'s de Leiria, APD da M. Grande, Comissão Coordenadora das CT's de Leiria, União dos Sindicatos de Leiria, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Leiria, Cooperativa do Pessoal da empresa de cimentos de Leiria.

No dia 1 de Março, a Comissão Promotora publicava também novas adesões no distrito de Lisboa:

CCT da Petrolgal; CT da José Esteves; CI da Fábrica Progresso Mecânico; Comissão de Reformados da Graça; Centro de Dia da União dos Pensionistas da Previdência; Comissões de Moradores da Graça, da Boa Hora-Ajudá, da Zona 1 de Alcântara, da Zona Sudoeste de Arroios; da Zona Nordeste de Arroios; CUM da Freguesia de São José; Conselho de Moradores de Lisboa; Centro Cultural e Paroquial de Alcântara; Sociedade Municipal Instituição Libertadora; Conselho de Trabalhadores a Amadora; CT da Sorefame; CI da Sorefame; Cooperativa de Consumo Damaense; Associação de Estudantes Noturnos da Secundária da Amadora; Cooperativa de Consumo Alverca-Ribatejo Unipivo; Coordenadora das CM's de Vila Franca; CT da Fundação de Oaires.

A Comissão Promotora continua a publicar quase diariamente novas adesões, de Norte a Sul. E aponta uma tarefa de todos: "Que cada organização inscrita promova a adesão de outras!"

Histórias de ratos e problemas de homens

Os dois últimos dias da passada semana, de pouca actividade parlamentar no que diz respeito a debate e votação de iniciativas legislativas — afinal ainda não se discutiu a tão falada autonomia universitária e só se votou a urgência solicitada pela UEDS para a discussão de um projecto da sua autoria pondo em causa as "taxas moderadoras na aquisição de medicamentos", permitiram, por outro lado, intervenções dos deputados sobre as mais variadas matérias. O PCP, que pela voz do camarada Veiga de Oliveira produziu uma declaração política sobre a greve geral do dia 12 de Fevereiro e adiantou motivos por que vai interpelar o Governo — o que se pode ler também nesta página — teve a oportunidade de intervir sobre outras questões.

O camarada Sousa Marques falou da RTP e do que chamou de "pornografia televisiva". "Quer pornografia económica?" perguntou. "Veja, talvez sem espanto, o chamado 'Jornal de Economia' de um talvez-bacharel-talvez que, como o Sr. Melo da CP, não sabe o que é um capitalista."

"Quer pornografia política? Constata com nojo, a acção perniciosa na RTP! Desses super-ministros que silencia a voz dos comunistas na TV porque não consegue nem conseguirá ordenar que, para todo o sempre, nos empurrem para o mar..." "Quer um exemplo mais de pornografia pedagógica... e não só? Então, junto à quotidiana violência de todos os papéis-fantasmas de certos adultos, esse pequeno Guedes, que vive à conta de um rato. Que utiliza com descaro os gestos de uma criança manipulada. Que entra nas nossas casas para, com o máximo impudor e a máxima desvergonha, violentar não apenas os nossos filhos mas todas as nossas inteligências e sensibilidades."

Foi assim que 'Topo Gigio' entrou pela Assembleia dentro. A força de massacrar telespectadores, o rato do Guedes transformou-se em problema nacional.

Era de mais. Por isso teve de falar-se de um programa que, se não fora o apresentador e o seu negócio, o rato até podia ter plaida. E Sousa Marques não estava a falar de ratos propriamente ditos.

"Topo Gigio parece ser" afirmou o deputado comunista, "na origem (em Itália, recorde-se), um programa não do grande auditório, mas também, prestigiosa, de e de qualidade. 'Topo Gigio' é ainda qualquer coisa que torna maiores os olhos ou os sonhos das crianças."

"Se que, em Portugal, o caso é diferente. Como diz o nosso povo: se a estupefação, o oportunismo, a cretinice e a parvoice fosse música, Guedes seria uma orquestra. Se a incultura fosse sonho, Guedes seria mais do que o diálogo entre o 'princezinho' e a raposa. Se a pirólice do machismo mais serodio e bafofo fosse beleza, Guedes seria o mais belo barco à procura. Se a hipocrisia fosse verdade, Guedes seria sorriso de amigo.

no final da intervenção, Sousa Marques disse "basta!"

Boicote à Quimigal

Por sua vez, a camarada Ercília Talhadas, denunciou na AR o boicote do Governo à Quimigal, empresa nacionalizada, na qual o Estado detém a maioria do capital social de todas as empresas que a compõem, com excepção da Tinto, onde detém 50 por cento.

"O boicote feito à Quimigal pela política seguida pelo Governo 'AD' Balsemão traduz-se pelo atraso sistemático na liquidação das indemnizações compensatórias que em fins de 81 rondam os 6 milhões de contos, incluindo os encargos financeiros inerentes."

"Esta dívida do Estado para com a empresa e que até à data continua por pagar tem degradado a situação financeira da empresa e provoca-lhe graves problemas de tesouraria.

"Levando mais longe o boicote, o Governo não entrega à Quimigal o volume de capital há muito pedido e justificado para desenvolver a empresa, permanecendo o capital estatutário da empresa inteiramente desajustado das realidades actuais."

"O Governo", continuou mais adiante Ercília Talhadas, "não cumpre os compromissos solidariamente assumidos com a Quimigal perante o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimentos, porque não faz as entregas dos fundos destinados aos investimentos de expansão aprovados."

"O Governo tenta marginalizar a Quimigal e despreza toda a experiência acumulada pela empresa no domínio do ácido sulfúrico e dos metais, para tentar abrir à penetração das multinacionais uma área estratégica

como é a do aproveitamento integrado das pites."

Depois de traçar mais longamente o panorama dos boicotes governamentais à empresa, a deputada comunista afirmou terem os trabalhadores exigido ao executivo de Balsemão o pagamento imediato das indemnizações compensatórias em atraso e também o pagamento das indemnizações de 1981 na data própria.

"Decidiram ainda exigir ao Governo: a participação maioritária da Quimigal nas empresas a constituir para a realização do aproveitamento integrado das pites, nas actividades da Química e da Metalurgia; as dotações de capital necessário à actividade normal da empresa, aos seus investimentos de expansão e ao aumento das participações nas restantes empresas."

Saúde e negócio

"O princípio de 'quem quer saúde paga-a' e a máxima governamental subjacente, às restrições agora decretadas, — quem não paga não tem saúde —, ofendem de forma flagrante o princípio constitucional da gratuidade e constituem um perigo entrave à realização do direito à saúde — afirmou na passada sexta-feira o camarada Vídalgar Amaral, intervindo no debate sobre a solicitação da urgência, por parte da UEDS, para a discussão da legitimidade das "taxas moderadoras na aquisição de medicamentos".

Vídalgar Amaral não se limitaria ao tema restrito. De resto, o PCP fixou o dia 16 de Março para discussão e votação do seu projecto de lei sobre a garantia da gratuidade dos cuidados de saúde prestados em serviços públicos, cujo âmbito excede ob-

viamente a questão dos medicamentos para se prender directamente com as 'taxas' das consultas e outros cuidados médicos. Mesmo assim, o deputado comunista abordou o problema dos medicamentos:

"Importaria implementar", afirmou, "uma nova política de medicamentos. Em primeiro lugar, e digamo-lhe mais uma vez, Portugal é o país da Europa com menos consumo de medicamentos per capita. Convém frisá-lo bem, pois tem sido dito e repetido que se gasta de mais em medicamentos. E Portugal gasta pouco em medicamentos, tendo dos piores índices sanitários da Europa. É assim uma população doente, que deveria por isso consumir mais."

"Em segundo lugar, os medicamentos são de prescrição médica. Nada mais falacioso do que dizer-se que os doentes gostam de receitas com muitos medicamentos e caros. Essa é a demagogia usada por certos clínicos, que usando os serviços médico-sociais não como posto de atendimento de doentes mas como fonte de receita para si, fazem dos postos do SMS o balcão de qual mercaria de aldeia. Não vêem os doentes, são vistos por eles. Por isso no final há uma dúzia de papelinhos com uma dúzia de embalagens de medicamentos. O utente não tem qualquer tipo de culpa, o médico prescreve, ele terá de comprar se puder. O sistema irá manter-se, pois não é o clínico o penalizado com as medidas agora propostas."

"Tal sistema, idealizado pelo actual ministro Barbosa é de tal modo anti-social e injusto que contra ele não só se levantam as vozes dos utentes, dos trabalhadores de saúde, como de todos os órgãos de comunicação social."

Trabalhadores

Técnicos de desenho em Encontro Nacional

Com a participação de 219 delegados em representação de 3300 profissionais, o Sindicato dos Técnicos de Desenho realizou no sábado, em Lisboa, o seu I Encontro Nacional.

Espectáculo insólito nos Seguros

Entre as numerosas saudações, apelos à continuação da luta (designadamente às manifestações do dia 6) e variadíssima documentação relacionada com a greve geral de 12 de Fevereiro destaca-se um comunicado do Organismo de Direcção da Organização de Seguros de Lisboa do PCP.

Sob o título "greve geral: lições e vergonhas", o comunicado acusa conselhos de gestão e administrações de intimidação, "chantagem declarada" e "medidas de excepção".

Como reflexo do "clima de intimidação gerado pelo Governo", lembra a Organização, "através da colaboração solícita e reverente de alguns mandantes e homens de mão, desenvolveu-se nas Seguradoras uma acção intimidatória e de acção psicológica, cujos contornos só encontram semelhança em métodos salazarentos".

No campo das ameaças, o documento da Organização destaca o coartamento de carreiras, a preterição de promoções, a aplicação de sanções disciplinares.

O comunicado da Organização de Seguros considera esses métodos uma "chantagem declarada" e revela as "medidas de excepção" adoptadas "sem qualquer forma de justificação de factos e o rigor da sua avaliação, a utilização das viaturas das empresas, bem como o pagamento da quilometragem das viaturas particulares num manifesto convite a qualquer tipo de oportunismo".

A Organização de Seguros de Lisboa, que repudia firmemente a acção da UGT e de Torres Couto na "orquestração contra a greve geral", afirma que a maioria dos trabalhadores de seguros, independentemente das suas opções, condenam as práticas e os métodos adoptados pelos gestores, administradores e alguns quadros contra aquela jornada de luta, cujo êxito assinala claramente.

"Nos Seguros - acrescenta a Organização - o facto de muitos trabalhadores terem cedido às pressões e ameaças sobre eles exercidas, enquanto o seu órgão de classe (O Sindicato) se "alheava", não significa - nem abusivamente poderá ser explorado - qualquer tipo de apoio à política de desgoverno da "AD".

O Organismo de Direcção da Organização de Seguros termina o seu comunicado com um apelo à participação em massa na manifestação do próximo sábado.

No dia 6 de Março, do Martim Moniz para a Alameda D. Afonso Henriques, os trabalhadores de Seguros irão reafirmar que só é possível resolver os problemas do povo o do País com a "AD" fora do Governo, no respeito pela Constituição e pelo Portugal de Abril", conclui o comunicado do Organismo de Direcção da Organização de Seguros de Lisboa do PCP.



Lutas e acções de massas visam um objectivo central

Uma greve não tem interesse apenas quando se faz. Desconvocada, suspensa, ou só com data marcada, qualquer forma de luta pode produzir efeitos antes de se desencadear. E esses efeitos, assim alcançados, podem ser até mais favoráveis aos trabalhadores do que se a forma de luta chegasse a concretizar-se.

As lutas que actualmente se desenvolvem nas empresas, totem a forma que tomarem, tenham o alcance que tiverem, devam ter o seu prolongamento natural nas acções de massas da fase posterior à greve geral, que foram aprovadas em plenário nacional de sindicatos convocados pela CGTP-IN em 19 de Fevereiro findo.

As greves e outras formas de luta pela revisão das tabelas salariais, assim como não estão desligadas da luta contra o aumento do custo de vida, também não podem estar separadas das acções de massas contra um

ximo sábado decorrem um pouco por todo o País (ver página 12 desta edição) devem merecer a mesma adesão e empenho que se verificam nas lutas em curso nas empresas e sectores pela contratação colectiva, contra a repressão patronal, pela garantia do emprego, pela manutenção e segurança dos postos de trabalho, pelo progresso das empresas e da economia nacional.

No arrasto costeiro, na marinha mercante, Cambournac, empresas de aviação estrangeiras, Clérigo, RTP e outras empresas onde os conflitos têm uma base laboral económica, embora tendo a ver directamente com as organizações dos trabalhadores de um lado e conselhos de gerência, administrações, patrões, ou organizações patronais do outro, não são lutas isoladas, como se um menor aumento aqui outro acolá, uma tentativa de despedimento nesta

empresa ou à repressão exercida por determinado patrão em determinado local de trabalho fossem actos separados com um abismo entre si, sem um laço a ligá-los permanentemente.

Esse laço existe e é contra ele que naturalmente se une tudo o que é política reaccionária, tudo o que é "AD" e o seu Governo.

As lutas chegam a uma fase em que necessariamente têm de ser coordenadas e visar o objectivo central. A política e o Governo "AD" são neste momento o principal obstáculo a remover para que os trabalhadores e o Povo português possam exercer plenamente os seus direitos.

Não se pode considerar isoladamente nenhuma acção, nenhuma luta ou movimentação dos trabalhadores organizados. A participação em massa nas manifestações e concentrações do próximo sábado é parte integrante de dezenas de lutas por objectivos de alcance imediato e localizado. É uma contribuição decisiva para a resolução dos conflitos que deram origem a essas lutas, numa perspectiva favorável às reivindicações justas dos trabalhadores.

presas nacionalizadas ou com parte do capital do Estado, a manutenção e criação de postos de trabalho, a manutenção e melhoria das regalias sociais, o direito à negociação directa das convenções colectivas de trabalho, a actuação legal das organizações representativas dos trabalhadores em todos os locais de trabalho, o respeito pela Constituição e pelas leis do País.

Não se pode considerar isoladamente nenhuma acção, nenhuma luta ou movimentação dos trabalhadores organizados. A participação em massa nas manifestações e concentrações do próximo sábado é parte integrante de dezenas de lutas por objectivos de alcance imediato e localizado. É uma contribuição decisiva para a resolução dos conflitos que deram origem a essas lutas, numa perspectiva favorável às reivindicações justas dos trabalhadores.

Repressão em empresas

Contra a repressão posterior à greve geral, que algum patronato pretende instaurar nas empresas, é necessário opor, em unidade, a força solidária do movimento sindical. Nenhum trabalhador pode ser punido, admoestado ou intimidado por ter aderido à greve. São ilegais os processos disciplinares, as suspensões, os despedimentos e outras formas de repressão já adoptadas pelo patronato em algumas empresas.

A juntar à lista que publicamos na semana passada mais exemplos de acções repressivas contra trabalhadores que aderiram à greve geral no Porto: Morais & Filhos (2 dias de suspensão aplicados a 2 trabalhadores e a um outro um dia sem remuneração); Costa Internacional e Louças (2 trabalhadores suspensos até apresentarem justificação da falta do dia 12); Tipografia Marca (um trabalhador despedido; como contrapartida o patrão propôs-lhe um contrato a prazo); Abel Alves de Figueiredo (patrão pede processos de 31 trabalhadores que faltaram); Fiatece (no dia 15 o patrão anuncia que acabaram quaisquer "facilidades" nas entradas e saídas); Hortas (um trabalhador que há uma semana conseguiu, na comissão de conciliação, o seu regresso ao turno, de onde fora transferido contra vontade, foi novamente transferido).

Na Centralcor, mais de 20 trabalhadores ao serviço de empreiteiros foram despedidos por terem aderido à greve geral de 12 de Fevereiro. A administração ameaçou entretanto os contratados a prazo que fizeram greve. A CT protestou e prevê a convocação de um plenário. Na Combitur (Vilariinho) o patrão despediu 4 trabalhadores, três dos quais a prazo, por adesão à greve. Na Torralta (Alvor), a CT denuncia manobra de retaliação contra um trabalhador que fez greve. Na Jalber (Amadora) ameaças de despedimento impendem sobre 5 trabalhadores.

CGTP-IN contra pacote da saúde «AD»

A declaração de inconstitucionalidade das recentes medidas do Governo "AD" no âmbito da saúde e da assistência foi requerida pela CGTP-IN aos órgãos de soberania. A central unitária, que por várias vezes tomou posição pública contra a adopção daquelas medidas, considera-as "autenticamente criminosas" e vai pôr a circular contra elas um abaixo-assinado em todo o País.

A CGTP-IN sublinha que "mesmo as famílias cujos cônjuges recebem o salário mínimo nacional terão de pagar 300 escudos por cada dia de hospitalização; igualmente mais de 300 mil



CGTP-IN requer inconstitucionalidade do «preço AD» para a saúde

invalídios (só ficam isentos os grandes inválidos, que são apenas 11 mil), que até aqui não pagavam nada - acrescenta - ficarão sujeitos às brutais taxas moderadoras". Pagar as dívidas do Estado às farmácias e tapar o buraco orçamental de 12 milhões de contos à custa de um imposto ilegal sobre os doentes são os objectivos imediatos do Governo "AD" que tem vindo a publicar despachos e portarias "com desprezo absoluto pelas condições extremamente difíceis em que já vive a maioria do povo português", refere ainda a CGTP-IN.

1.º Congresso na Função Pública

Como já aqui anunciámos, os Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, que recentemente aderiram à greve geral, vão levar a cabo em 12 e 13 de Março próximo o I Congresso da respectiva Federação Nacional.

Convocada para o Pavilhão dos Desportos em Lisboa, a iniciativa, que reunirá as associações sindicais autenticamente representativas do sector propõe-se unir e organizar, consolidando os direitos dos TFP, por uma Administração Pública ao serviço do povo e do país.

A metodologia a adoptar para a eleição dos delegados sindicais ao 1.º Congresso foi entretanto aprovada e as teses distribuídas para discussão, nas suas grandes linhas, estão ao dispor dos Sindicatos das Zonas Sul e Açores, Centro e Norte do país.

O movimento sindical da Função Pública que, como se sabe foi rigorosamente proibido durante o fascismo, é confrontado hoje em dia, cerca de 8 anos depois da sua criação legal, com uma forte ofensiva do Governo e da política "AD", que tentam reduzir a nada, ou pelo menos limitar drasticamente, os direitos da grande massa dos trabalhadores do sector.

Como é também do domínio público, o Governo, ao mesmo tempo que impõe por via administrativa uma tabela salarial recusada pelos Sindicatos, ameaça fazer aprovar na Assembleia da República uma série de medidas perigosas para a segurança do emprego no sector, para o direito à negociação directa das convenções colectivas de trabalho e para outros direitos, interesses e garantias de alcance geral.

Os Sindicatos da Função Pública e a respectiva Federação têm vindo a manifestar fortes apreensões quanto a esse pacote de medidas. Criticando em bloco as intenções do Governo, as organizações sindicais dos TFP reafirmam que nenhuma garantia é dada aos trabalhadores quanto à defesa dos postos de trabalho e ao normal desenvolvimento das suas carreiras. A adopção de formas de luta tem sido aventada em várias reuniões.

Quanto aos salários, cuja tabela entrou recentemente em vigor, uma assembleia de delegados sindicais, reunida em Lisboa, para tomar posição sobre a greve geral de

delegados, é uma das peças fundamentais da preparação do I Congresso da Federação dos Sindicatos dos TFP.

No capítulo das condições de vida e de trabalho é de salientar a questão salarial. Os TFP reivindicam a negociação dos seus salários, «sem quaisquer limitações regulamentares ou administrativas», bem como respeito pela actualidade das tabelas, «reportadas a 1 de Janeiro de cada ano», devendo ser negociado «o montante a inscrever no Orçamento Geral do Estado antes de este ser apresentado na Assembleia da República».

Salário real diminuiu cerca de 30%

O projecto do programa de acção, segundo uma síntese distribuída pela própria Federação, revela que «após o 25 de Abril e apesar de terem conquistado com duras lutas sindicais, sete aumentos salariais, os TFP viram o seu salário real diminuído em média de cerca de 30 por cento.

Outras reivindicações conquistadas nesse período, «como subsídios de férias e

de Natal, diuturnidades, subsídios de refeição, reclassificações», etc., tornaram «a descida do salário real menos sentida pela maioria dos TFP».

Mas «os aumentos salariais devem repôr o poder de compra, compensando o perdido em anos anteriores», e corrigir desequilíbrios, acrescenta o projecto.

Quanto ao regime fiscal, os TFP dizem não à sua alteração. Recordam-se que uma das medidas do Governo AD incluídas no pacote para a Função Pública diz respeito a impostos que até agora os TFP nunca pagaram.

Reforçar a organização

«Ligar os trabalhadores da Função Pública, onde quer que esteja o seu local de trabalho ao seu sindicato» é um dos propósitos centrais da Federação e um dos aspectos a que se dá mais atenção no projecto de programa em debate.

«A formação e o desenvolvimento da prática sindical dos três Sindicatos da Função Pública (Norte, Centro e Sul) têm contribuído para o



seu crescimento, nomeadamente pela evolução das lutas reivindicativas de carácter geral e sectorial; o seu reforço recente está nomeadamente ligado à implantação da organização sindical da Função Pública na Região Autónoma dos Açores e em novos sectores como a Previdência, Casas do Povo, Serviços Médico-Sociais», etc., refere a síntese do projecto.

Mas há deficiências que o documento não esconde. Entre elas destacam-se o pagamento irregular da quotização, um nível de sindicalização que tem de crescer, a fraca rede de delegados sindicais.

Deficiências apontadas são ainda «o grau de participação de trabalhadores a alguns níveis da actividade sindical, o mau funcionamento de alguns órgãos e o trabalho interno dos próprios sindicatos».

A organização sindical deve estar voltada para os locais de trabalho, sublinha o projecto do programa de acção. «Só o reforço e o alargamento da rede de delegados sindicais, o apoio à sua formação e actividade, a preocupação com a organização sindical dos grandes serviços podem ser a pedra de toque da acção desenvolvida pelos sindicatos».

O projecto do programa, cuja síntese temos vindo a citar, refere, ainda no quadro da organização sindical, o processo de descentralização dos 3 sindicatos do sector como «experiência rica já com saldo positivo, bem como aspectos reveladores de progresso como a «institucionalização das assembleias gerais e assembleias de delegados descentralizadas e reparadas, o reforço das delegações distritais, a formação de secretariados, e a dinamização da organização concelhia» do sector.

deve estar voltada para os locais de trabalho, sublinha o projecto do programa de acção. «Só o reforço e o alargamento da rede de delegados sindicais, o apoio à sua formação e actividade, a preocupação com a organização sindical dos grandes serviços podem ser a pedra de toque da acção desenvolvida pelos sindicatos».

O projecto do programa, cuja síntese temos vindo a citar, refere, ainda no quadro da organização sindical, o processo de descentralização dos 3 sindicatos do sector como «experiência rica já com saldo positivo, bem como aspectos reveladores de progresso como a «institucionalização das assembleias gerais e assembleias de delegados descentralizadas e reparadas, o reforço das delegações distritais, a formação de secretariados, e a dinamização da organização concelhia» do sector.

Sobre a Federação

Sobre a Federação que agora prepara o seu 1.º Congresso, a síntese do projecto de programa destaca o seguinte:

«A formação da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública na assembleia constituinte de 21 de Outubro de 1978 representa um salto qualitativo na história das estruturas organizativas do movimento sindical da Função Pública.

«Um balanço de actividade, embora sumário, aponta para um trabalho positivo de coordenação da actividade dos três Sindicatos da Função Pública. No entanto, a necessidade de responder aos problemas imediatos, nomeadamente no campo reivindicativo, conjugada com as dificuldades de quadros (reflexo de problema idêntico

ao nível dos Sindicatos) e a falta de meios financeiros não permitiram que a Federação se estruturasse internamente por forma a desempenhar de modo cabal o seu papel de coordenação e dinamização sindical da Função Pública.

Frente Comum

«Importa alterar esta situação, nomeadamente através de:

- existência de um número suficiente de dirigentes só dedicados ao trabalho da Federação;
- dar prioridade à coordenação nacional no domínio reivindicativo da organização sindical e de informação;
- dotar a Federação com funcionários técnicos e equipamentos para a concretização dos seus objectivos;
- assegurar os meios financeiros necessários.

«De 1976 até hoje tem-se vindo a constituir a Frente Comum de Sindicatos de que progressivamente a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública se tomou o motor principal. Na sua actual estrutura organizativa, com 32 organizações sindicais, a Frente Comum é responsável pela direcção alargada da luta reivindicativa e pela negociação das diversas propostas reivindicativas (PRC). Deficiências várias no plano de direcção e coordenação, na organização e no suporte a nível técnico e humano, financeiro e administrativo necessitam de ser cuidadosamente analisadas e superadas.

«Também a adesão ao Movimento Sindical Unitário (adesão à CGTP-IN dos Sindicatos da Zona Sul e Açores e da Zona Centro, participação das

União de Sindicatos, etc.) constitui uma frente fundamental da Federação.

«O número de trabalhadores representados, a especificidade do sector, a sua influência social e económica no plano nacional e regional, tornam a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública uma estrutura intermédia relevante.

«No domínio das relações internacionais, uma maior articulação com as organizações sectoriais da Função Pública da Europa ocidental, dos países socialistas e do terceiro mundo, tornam-se necessárias.

«Nos últimos tempos, a nossa participação no Movimento da Paz e contra as armas nucleares tem representado outra frente de grande interesse político sindical».

PCP

A batalha da verdade

Largas dezenas de comícios e sessões assinalam em todo o país o firme empenho dos comunistas na concretização de uma tarefa fundamental, no actual momento político: a batalha da verdade, uma batalha que é necessária «para fazer frente à colossal campanha de mentiras e calúnias, mistificação e intoxicação da opinião pública levada a cabo pelo governo AD», como salienta o documento-resolução da última reunião do Comité Central do PCP (17 de Fevereiro).

A campanha de falsidade da «AD», desenvolvida através dos órgãos de Comunicação Social (TV, Rádio, jornais), tem como objectivo primordial ludibriar e enganar o Povo português sobre a actual situação política, social e económica do país, ao mesmo tempo que tenta denegrir e falsear a realidade da poderosa jornada nacional de luta dos trabalhadores portugueses: a greve geral do dia 12 de Fevereiro.

É para fazer frente a estas mentiras, é para divulgar a verdade aos portugueses, é para levar ao debate os grandes problemas nacionais que a direita quer esconder, que o PCP, como partido responsável e coerente, avança para uma campanha de esclarecimento a nível nacional que tem vindo a decorrer nos últimos dias, culminando no próximo fim-de-semana.

Trata-se, sem dúvida, de um grande esforço de organização, que, desde já adiantar-se, tem vindo a merecer uma ampla adesão e interesse manifestados por milhares de portugueses que enchem as sessões e comícios do PCP.

Sessões e comícios em todo o País

Seriam necessários vários «Avantes» para noticiar, mesmo que brevemente, as numerosas sessões de esclarecimento, comícios e jornadas de convívio promovidas pelas organizações do PCP com o objectivo de divulgar à opinião pública a verdade sobre a situação política, social e económica e a realidade do país após a grandiosa jornada de luta dos trabalhadores portugueses — a greve geral de 12 de Fevereiro.

—de-semana as acções de esclarecimento decorreram de norte a sul do país.

Assim aconteceu, por exemplo, no Porto com Álvaro Cunhal; no Barreiro, com José Vitoriano; no Seixal, com Domingos Abrantes; em Almada com Jaime Serra; em Grândola, com Joaquim Gomes; no Estoril, com José Casanova; no Alentejo, com Dinis Miranda e Dias Lourenço; em Silves e Monchique, com Carlos Luís Figueira; em Faro, Por-

Álvaro Cunhal no Palácio de Cristal

«A luta continua e vai continuar em melhores condições»

Com a presença de milhares de pessoas, realizou-se no passado dia 25, no Palácio de Cristal, uma sessão de esclarecimento promovida pela DORP, que contou com a presença do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

A sessão, enquadrada na «batalha de esclarecimento» acerca da situação política, que faz parte das resoluções da reunião do CC de 17 de Fevereiro, contou com a participação viva e aberta de muitas pessoas, comunistas e não-comunistas, que ali puseram as suas dúvidas, relataram situações e factos vividos, que ali quiseram mostrar a sua disposição de continuar a lutar. Houve mesmo quem ali quisesse declarar estar na disposição de reforçar as fileiras do PCP.

Na mesa da sessão estiveram os camaradas José Alves, Horácio Guimarães, Avelino Gonçalves, Fernando Teixeira, Edgar Correia, Artur Vidal Pinto, João Semedo, Emílio Ribeiro, Oscar Lopes, António Alexandre, Henrique Lemos e Helena Medina, todos da DORP e ainda o camarada Ângelo Veloso, suplente da Comissão Política do CC.

O camarada Álvaro Cunhal fez uma curta intervenção inicial, sobre a actual situação política, nomeadamente os novos factores decorrentes da greve geral. Depois de considerar a greve geral como grande acontecimento da vida do País nas últimas semanas, o-

veram os camaradas José Alves, Horácio Guimarães, Avelino Gonçalves, Fernando Teixeira, Edgar Correia, Artur Vidal Pinto, João Semedo, Emílio Ribeiro, Oscar Lopes, António Alexandre, Henrique Lemos e Helena Medina, todos da DORP e ainda o camarada Ângelo Veloso, suplente da Comissão Política do CC.

O camarada Álvaro Cunhal fez uma curta intervenção inicial, sobre a actual situação política, nomeadamente os novos factores decorrentes da greve geral.

Depois de considerar a greve geral como grande acontecimento da vida do País nas últimas semanas, o-

camarada denunciou os objectivos da campanha conduzida pelo Governo e as forças reaccionárias com os seus aliados, incluindo Mário Soares, em relação à greve geral.

«Parabéns dr. Mário Soares»

Mais adiante o camarada Álvaro Cunhal falou da necessidade, urgência e oportunidade das medidas propostas pelo PCP.

O PCP insiste na realização de eleições. Estamos perfeitamente convencidos de que realizando-se eleições, com um novo governo que respeite as nor-

mas democráticas, a «AD» sofreria uma estrondosa derrota. A própria luta dos trabalhadores e dos democratas em geral confirma que eles estão cada vez mais fracos e que a democracia está cada vez mais forte. A política e actuação do Governo justificam as medidas que o Partido propõe — demissão do Governo, dissolução da Assembleia, formação de um governo de gestão e realização de eleições gerais antecipadas para que numa conjuntura tão complexa como aquela que vivemos, o nosso povo seja chamado a dar a sua voz através do voto e decidir

quem pensa que deve constituir a AR e quem deve constituir o governo do País.

A propósito ainda da justiça das propostas dos comunistas e da força que assume a luta dos trabalhadores e da população em geral, o camarada Álvaro Cunhal salientou: As soluções que propomos são constitucionais, são legais e é sintomático que aqueles que há bem pouco tempo as consideravam propostas subversivas, hoje já começam a referir-se a elas. No «Diário de Lisboa» de hoje, vem uma entrevista do secretário-geral do PS, que ainda há bem pouco

tempo dizia que as propostas do PCP de demissão do Governo e dissolução da AR antes da revisão da Constituição, eram o «denúncia do regime democrático». Pois bem, agora diz que a revisão se pode fazer antes ou depois da demissão do Governo, antes ou depois da dissolução da AR, aliando o dr. Mário Soares. Na verdade, mente nós não temos objecções acerca das resoluções porque estas afirmativas foram feitas. Não temos objecções porque comparando demos qual é a presença disso sobre a direcção da parte do PS, exerce meval

PRÓXIMAS INICIATIVAS

• Lisboa

Hoje, no Salão da Junta da Póvoa de Santo Adrião, às 21 e 30, com Manuel Pedro, do Comité Central; em Apelação, à mesma hora, com Dias Lourenço, da Comissão Política do CC.

Amanhã, na Escola Velha de Careque, na Amadora, às 21 e 30, com Martins Coelho; no pavilhão polivalente da Branda, às 21 horas, com Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do CC; no Armadorense, em Lisboa, com Silva Graça; no Jardim Infantil Popular da Pontinha, com António Andréz, às 21 horas; no Centro Social e Cultural de Alcântara, às 21 e 30, com Dias Lourenço; em S. Julião do Tojal, no Clube União Recreativa, às 21 e 30, com Encilides Pereira; em Bucelas, no salão da Junta de Freguesia, com Raimundo Narciso; em Loures, no refeitório da Câmara Municipal, às 21 horas, com José Bernardino.

Domingo, em Oeiras, no CT do PCP, às 15 horas, festa-convívio da célula da Fundição;

Dia 10, em Lisboa, na Casa do Alentejo, às 19 e 30, com Octávio Pato do Secretariado e da Comissão Política do CC.

Dia 11, em Lisboa, no CT do PCP de Arroios, às 21 e 30.

• Setúbal

Amanhã, Faralhão, às 21 horas sessão com Aranha Figueiredo do Comité Central. Vila Fresca de Azeitão, às 21 h, sessão com José Godinho e Joaquim José. Aldeia da Piedade, às 21 h, sessão com Florindo Rendeiro e Libânio Duarte. Casebres, às 20 h, sessão com Margarida Tengarrinha, do CC. Laranjeiro, às 21 e 30 h, sessão no Clube Recreativo Águas do Rato, com Jorge Patrício. Colina, às 21 h sessão com José Teodoro. Quinta da Lomba, às 21 h

sessão com Luísa Araújo. Sarilhos Pequenos, às 21 e 30 h, sessão com Ercília Talhadas do CC. Baixa da Banheira, às 21 e 30 h, sessão no Ginásio Atlético Clube, com o camarada Joaquim Gomes da Comissão Política do CC. Alhos Vedros, às 21 h, sessão no Bairro Gouveia, com José Arede. Palmela, às 21 h, sessão no Bairro Alentejano, com José Encarnação. Cajadas, às 21 h, sessão. Águas de Moura, às 21 h, sessão com José Neto. Venda do Alcaide, às 21 h, sessão.

Sábado, Ermidas Sado, às 12 e 30 almoço, com Carlos Espadinha. Santiago do Cacém, às 15 h sessão com Carlos Espadinha, seguida de canto livre. Rosário, às 17 h, sessão com Manuel Peres.

Domingo, Alvalade Sado, às 17 e 30 sessão com Carlos Brito membro da Comissão Política do CC. Grândola, sessão com

Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central. Alcácer do Sal, às 13 h, almoço-convívio no Centro de Trabalho com o camarada Carlos Brito membro da Comissão Política do Comité Central. Almada, às 21 h, na SFUAP, encerramento da 3.ª Assembleia Concelhia, com o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido. Sesimbra, às 17 h, comício, no centro da vila com o camarada Álvaro Cunhal. Setúbal, às 13 h, almoço, seguido de comício (15 horas), junto ao largo dos Bombeiros, com o camarada Álvaro Cunhal. Sines, às 21 horas, sessão com o camarada Carlos Brito membro da Comissão Política do CC.

• Évora

Amanhã, S. Sebastião da Giesteira, às 19 horas, sessão com Josefina Andrade. S. Marcos, sessão com A. Vidigal. Torre dos Coelheiros, sessão, com

Jorge Pinho, da Comissão Política do CC.

Beja

Hoje, Alburnoa, na Casa do Povo, às 20.30 horas, sessão de esclarecimento. Hoje, em Beja, no Centro de Cultura, às 20.30 h, sessão. Hoje, em Beja, no Centro de Cultura, às 20.30 h, sessão. Dia 5, em Beja, no Centro de Cultura, às 19.30 h, sessão. Dia 5, em Beja, no Centro de Cultura, às 20.30 h, sessão com o camarada Miranda da Comissão Política do CC.

• Portalegre

Dia 6, Portalegre, na Cooperativa Operária, festa-convívio aberto à população.

• Castelo Branco

Sábado, Covilhã, às 15 horas, convívio, no Centro de

Assembleias de Organização

Concelhos de Coruche, Santarém e Montijo — os comunistas prosseguem a luta com determinação!

Os comunistas dos concelhos de Coruche, Montijo e Santarém levaram a efeito no passado fim-de-semana as suas Assembleias de Organização. O camarada Álvaro Cunhal esteve presente nas três iniciativas.

A 2.ª Assembleia dos militantes de Coruche decorreu no sábado, no pavilhão municipal de Santo António, e proporcionou um profundo debate sobre a acção do Partido na região. Além do Relatório de Actividades, foi aprovado um documento em que se definem os principais objectivos da organização a curto e a médio prazo. A estruturação e o reforço orgânico do PCP, o trabalho junto dos camponeses, dos trabalhadores da Reforma Agrária, da juventude, das mulheres e dos pioneiros, a política

de fundos e de quadros, o trabalho cultural, desportivo e recreativo, a frente das autarquias e da luta sindical, a informação e propaganda e o recrutamento mereceram particular atenção nesse documento aprovado pelos 350 delegados.

Sobre o reforço orgânico do Partido, são apontadas as seguintes perspectivas: «Formar Comissões Locais em Varejola, Courelinhas, F. da Branca e Biscainho e acompanhar mais de perto a actividade das Comissões de Volta do Vale

e Santa Justa, Foros de Coruche, Coruche Vila, Courelas da Amoreirinha, Azervadinha, Montinhos dos Pegos, Courelas do Sorraia, Escusa, Sahtana do Mato e Fajarda.

«Em relação à Freguesia da Lamarosa temos que começar a encarar o problema mais a sério a fim de se alcançar os objectivos que o Partido pretende levar a cabo. Mas camaradas não basta dizê-lo, temos de passar das palavras aos actos, pois só assim será possível alcançar essa vitória e não correr o risco de voltar à situação anterior. Para já, apontamos a necessidade urgente de criação de uma Comissão de Freguesia, como aqui já foi citado na intervenção do Sector da Organização.

«Achamos que é urgente a formação de secretariados de células de empresas na fusão das UCP's, das Courelas da Amoreirinha e «Coopos» e outras que se veja necessidade, assim como o acompanhamento das já existentes nas fúses de St. Justa, Volta do Vale e Câmara Municipal de Coruche, etc.».

A Assembleia, que também contou com a participação do camarada Raimundo Cabral, suplente da Comissão Política do CC, elegeu a nova Comissão Concelhia do PCP, constituída por 43 elementos (seis mulheres e 37 homens).

No comício de encerramento usou a palavra o camarada Álvaro Cunhal, que abordou o actual momento político.

No domingo realizou-se a II Assembleia da Organização Concelhia do Montijo. Entre outras, foram apresentadas comunicações da freguesia de Canha, dos Pioneiros de Portugal, sobre organização e recrutamento, das Comissões de Freguesia do Montijo e de Sarilhos Grandes, do organismo de reformados, sobre política de fundos, das células da «Isidoro», dos trabalhadores da autarquia, da «Infal», da «Bertom», da «Coopulgrica» da «Mundet», do sector das carnes e do sector cortice-



ro, da JCP, sobre o trabalho camponês, etc.

Além do Relatório de Actividades, os 145 delegados aprovaram a constituição da nova Comissão Concelhia do Partido (35 elementos) e moções sobre a paz e o desarmamento, a Conferência Nacional do Partido sobre os problemas da mulher e eleições autárquicas de 1982.

São objectivos da organização, definidos nesta Assembleia: reestruturar os organismos de direcção das carnes e cortiça; reforçar e reestruturar as células de empresa existentes; assegurar o contacto com todos os membros do Partido que ainda se encontram desligados da organização; recuperar as quotizações atrasadas; aumentar a divulgação do «Avante!» e do «O Militante»; criar o organismo para o trabalho camponês e o organismo para o movimento de moradores; dinamizar o trabalho com vista à realização do I Encontro Concelhia sobre os problemas das mulheres; recrutar até ao final do ano 276 novos membros do PCP.

«Em 1977 registámos 42 or-

ganismos. Hoje temos 60», salientou o camarada que apresentou a comunicação sobre organização e recrutamento.

Na Assembleia dos comunistas do Montijo também participou o camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

«O melhoramento da organização e o cumprimento dos objectivos traçados nesta Assembleia só serão possíveis de alcançar se houver uma actuação de todos os militantes, com energia e determinação, mantendo uma ligação íntima, constante e organizada com as massas laboriosas e populares (...). Os comunistas do concelho de Santarém não pouparão esforços nem sacrifícios na defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e da população e do Povo português, de forma a derrotar a reacção e a criar uma sociedade mais justa, mais fraterna, onde não existam nem explorados nem exploradores — a sociedade socialista» — lê-se no

Relatório apresentado pela Comissão Concelhia à 3.ª Assembleia da Organização dos comunistas de Santarém, que se realizou no último domingo, na Casa do Campino.

Depois de lido aquele importante documento, usou a palavra o camarada Álvaro Cunhal, seguindo-se as várias intervenções dos organismos do Partido no concelho. Os trabalhos da Assembleia prosseguiram com a discussão e votação do Relatório e do Plano de Actividades e a apresentação e eleição da nova Comissão Concelhia.

O Relatório aprovado pelos delegados, que fizeram o balanço da actividade do Partido desde 1977, data da anterior Assembleia, está dividido nos seguintes capítulos: empresas e sectores profissionais, autarquias, ensino, saúde, juventude, sector sindical, agricultura (pequenos e médios agricultores e operários agrícolas), mulheres, cultura e desporto, a unidade democrática, o Partido, a Comissão Concelhia, Comissões de Freguesia, células, fundos, informação e propaganda.

O reforço do Partido

O reforço do Partido e o melhoramento da actividade política estão na base de muitas realizações do PCP que ocorreram no último fim-de-semana, nomeadamente as três Assembleias de Organização de nível concelhio que o «Avante!» noticiou (Coruche, Montijo e Santarém) e nas quais esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Além de Assembleias, centenas de militantes comunistas estiveram reunidos em plenários e sessões que abordaram temas relacionados com a vida do Partido e o seu reforço, que «não é apenas do interesse dos comunistas, mas de todo o povo, da democracia, de Portugal», como acentua o documento-resolução aprovado pelo Comité Central na sua reunião de 17 de Fevereiro, a qual definiu no âmbito do reforço do PCP três tarefas fundamentais no momento presente: o reforço da vida interna, o revigoreamento das células de empresa e a campanha de recrutamento (5 mil novos militantes até ao fim de Junho).

Nos próximos dias, os plenários e reuniões de organização vão continuar, realizando-se já no domingo a 3.ª Assembleia dos comunistas do concelho de Almada, um bastião da luta democrática.

Como salientou o CC na sua última reunião, «o papel do Partido na luta dos trabalhadores e de todo o Povo português, como única grande força política em condições de opor resistência firme e eficaz à AD, de encabeçar a luta em defesa dos interesses do Povo, das conquistas de Abril e do regime democrático, de ser o elemento motor da acção comum de todos os democratas e patriotas — foi confirmado na greve geral de 12 de Fevereiro. Esta situação aumenta ainda mais as responsabilidades do PCP ante o Povo e ante o País e coloca o reforço do Partido como tarefa decisiva para o presente e para o futuro».

No próximo domingo

III Assembleia Concelhia de Almada

• Participação de A. Cunhal

Culminando uma intensa actividade preparatória, que mobilizou a larga maioria da organização e que se caracterizou pelo vivo empenho de muitos militantes comunistas em torno de dezenas de assembleias, reuniões e encontros, vai realizar-se no próximo domingo, dia 7, a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP, na qual estará presente o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

A Assembleia decorrerá na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), prestigiosa colectividade popular da margem sul. O balanço do trabalho político dos comunistas no concelho desde 1977, a votação do Relatório de Actividades a apresentar pela Comissão Concelhia cessante e a eleição da nova composição daquele organismo parti-

dário constituem alguns dos principais objectivos da Assembleia.

Ainda recentemente realizaram-se assembleias de militantes das organizações das freguesias de Almada e Cova da Piedade (no seu conjunto, ultrapassam os 1700 comunistas), da Comissão Local de Sobreira da Caparica, do sector têxtil e das empresas Arsenal do Alfeite, Lisnave e Parry & Son.

Nestas e noutras importantes reuniões, têm sido eleitos os delegados e convidados da 3.ª Assembleia Concelhia e apresentadas propostas de alteração e aditamento ao relatório de actividades.

Além do camarada Álvaro Cunhal, também estarão presentes Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e Carlos Ramil-



DISCURSOS POLÍTICOS DE ALVARO CUNHAL

AVANÇO E DERROTA DO PLANO SUBVERSIVO "AD" 1980

1.º E 2.º VOLUMES

edições Avante!

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

Domingo Festa em Barcelos das Amloes

Espectáculos cinematográficos, exposições, um Festa das Amalhanças popular que a Concelhia Rodrigo do PCP vai mais d'Alva.

A 4.ª edição das Amalhanças das Fatas já no dorso, a semelhança em cores, uma ampliação de região e também outros.

No decorrer da ferverá o membro da Comissão do

Podemos desfirmar acções artísticas das Cordas e Cantos, cançonetas, outros guitarristas. No programa o e re-entam-se os jogos de tiro ao alvo e um portafólio de atenção ao trabalho des regionais...

Professores de Educação

Convocada pela DORP de Comissão de Desporto recreativa na manhã do próximo dia 13, no Centro de Trabalho Cooperativo de S. João de Deus. São objectivos do encontro apontar perspectivas de solução dos problemas educacionais, que se tem vindo a com

Encorajamento

No próximo domingo de um importante encontro de mil camaradas do Encontro de Lisboa a partir das 9 e 30.

Gamara

Raúl Rita Com 54 anos faleceu recentemente o camarada Raúl Rita, reformado e militante na zona do Comité Local de Lisboa. O camarada era natural de Lagoa.

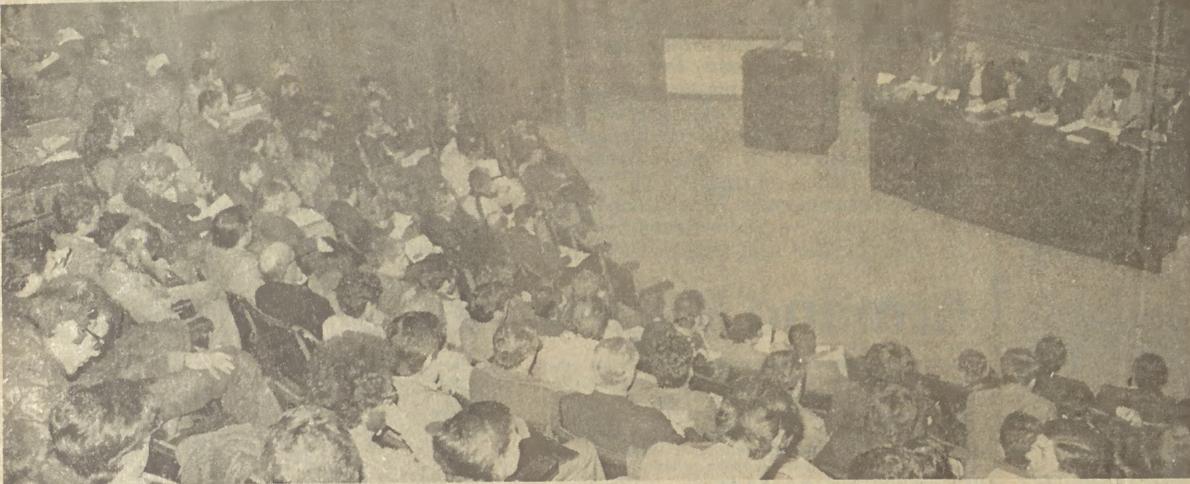
Fernando Mendonça Faleceu no passado dia 17 de Fevereiro o camarada Fernando Nunes de Mendonça, militante na célula dos Reformados da Amadora.

Alberto Estante O camarada Alberto Estante, de 47 anos de idade faleceu no passado dia 15 de Fevereiro em Santa Ana do Mato, Coimbrão, tractorista na Cooperativa Marçô.

Joaquim Santos Faleceu num hospital de Coimbra o camarada Joaqui

Poder local

Seminário sobre Poder Local



«Pacote AD» para as autarquias é indigno do Portugal de Abril

Promovido pela revista de Administração Democrática "Poder Local" realizou-se no passado sábado em Lisboa um Seminário sobre o "Pacote Legislativo Autárquico" pretendido pelo Governo "AD", cuja aprovação, promulgação, publicação e entrada em vigor resultaria numa "adulteração profunda do Poder Local, a sua descaracterização quase completa, o esvaziamento de tudo o que lhe deu vida, dinamismo e força, a limitação da sua eficácia como arma ao serviço da mudança para melhoria das condições de vida do povo", como sublinharia Luís Sá, director da Revista promotora do Seminário, ao intervir no final dos trabalhos para apreciar resumidamente os seus resultados.

A importância deste Seminário sobre o "Pacote Legislativo Autárquico" pretendido pelo Governo "AD" assume maior nitidez se recordarmos que a matéria nele contida (e dispersa por vários diplomas governamentais) é praticamente desconhecida mesmo do público mais interessado especializado, dado que o Governo nem as autarquias consultou sobre o conteúdo dos diplomas que produziu sobre a matéria, e que tão profundamente atingem (procuram atingir) o Poder Local democrático saído da Revolução de Abril.

Sendo o Poder Local um dos pilares essenciais do regime democrático, torna-se evidente a importância de iniciativas deste género, que contribuem significativamente para chamar a atenção da opinião pública em geral e dos eleitores autárquicos em particular para uma matéria em que "os interessados somos - devemos ser todos e cada um de nós" no dizer de Luís Sá, que resumiria em oito pontos as principais ideias discutidas nas

cinco horas do Seminário, ao longo de dezena e meia de intervenções tecnicamente apetrechadas e sempre produzidas por gente profundamente ligada aos Problemas do Poder Local.

Esses oito pontos referem-se às implicações da revisão constitucional sobre o Poder Autárquico, à proposta de lei eleitoral para os órgãos autárquicos, à revisão da Lei das Autarquias e da Lei das Finanças Locais, à proposta de Lei de delimitação de responsabilidades em matéria de investimentos da Administração Central e Local, à proposta de Lei sobre a Tutela, ao projecto de diploma sobre investimentos intermunicipais e ao diploma sobre o funcionalismo autárquico, resumindo assim as críticas, a denúncia e o alerta surgidos no Seminário sobre o "Pacote Legislativo Autárquico" pretendido pelo Governo.

As implicações da revisão constitucional sobre o Poder Autárquico abordadas no Seminário não se enquadram obviamente no "pacote" governamen-

tal mas vão ao encontro dos seus objectivos, no que significam em limitação de direitos das organizações populares de base, diminuição da eficácia e capacidade de actuação das autarquias. Surgiriam na sua carga negativa caso se concretizasse, por exemplo, um acordo de princípio existente entre o PS e o "AD" na respectiva Comissão Parlamentar e que circunstanciará que os Presidentes da Junta de Freguesia deixassem de ser eleitos pelo povo para o passarem a ser pelas Assembleias de Freguesia, substituindo-se assim o sufrágio universal por arranjos de bastidores.

Um "pacote" que revive a "romaria de mão estendida"

A proposta de lei eleitoral para as Autarquias, como se inferiu do Seminário, conduz a uma grave limitação da seriedade do acto eleitoral (designadamente devido à generalização do voto por correspondência e à supressão de garantias de segredo, pessoalidade e presenciosidade) e a uma forte limitação da liberdade de propaganda eleitoral. "Em consequência - consideraria Luís Sá na sua apreciação - os órgãos autárquicos que emergiriam das eleições seriam mais fracos, menos representativos, mais contestáveis, menos mobilizadores da capacidade e energia locais".

Outro aspecto grave do "pacote legislativo" do Governo denunciado no Seminário refere-se à revisão da Lei das Autarquias, que tem vindo a ser processada através de diversos diplomas avulsos e cuja proposta governamental não proporciona qualquer vantagem para as autarquias, sendo inúmeras as suas desvantagens (redução do

número de membros dos órgãos autárquicos, que limitaria o pluralismo, redução da representatividade e democratização da administração local, reforço do presidencialismo, espoliação dos baldios aos povos, etc.).

Também a revisão da Lei das Finanças Locais seria fortemente contestada. Recorde-se que esta Lei nunca foi aplicada nos seus termos uma única vez. Agora o Governo pretende, ao revê-la, consagrar como regra assente os esbólios a que o Poder Local tem sido sujeito, e impor as formas discricionárias de atribuição de verbas à maneira do fascismo (sedes para Freguesias e investimentos intermunicipais), alterando critérios de distribuição que deixariam de favorecer os municípios das regiões mais atrasadas, agravando a situação financeira das freguesias, eliminando a obrigação de o Governo bonificar taxas de juro em empréstimos concedidos às autarquias. Tal revisão seria, nos termos em que é proposta, "um rude golpe sobre a autonomia financeira do Poder Local, condição da própria autonomia administrativa".

Outra questão abordada no Seminário seria a proposta de lei de delimitação de responsabilidades em matéria de investimentos da Administração Central e Local, que pretende transferir encargos para o Poder Local à margem da aplicação integral da Lei das Finanças Locais que está em vigor.

Ao contrário da versão que em Julho de 1979 mereceu a aprovação da "AD", esta proposta não transfere para as autarquias poderes indispensáveis para determinar ou controlar o uso do solo municipal: pelo contrário introduz factores inaceitáveis de subjectivismo, abrindo caminho a actuações arbitrárias da Admi-

nistração Central ao exigir protocolos assinados entre o Governo e as autarquias quando se pretenda transferir encargos.

Quando a proposta de Lei sobre Tutela mais não faz que reforçar a capacidade de pressão e ingerência do Poder Central sobre as autarquias, ao impor-lhe o dever geral de "informar" o Governo; estabelece igualmente a possibilidade de o ministro da Administração Interna dissolver os órgãos autárquicos e, pior que isso, impõe a ineligibilidade dos órgãos autárquicos dissolvidos, que mais não é que uma forma de sanear os elementos autárquicos mais prejudicados.

Seriam de igual maneira debilitadas no Seminário as consequências do projecto de diploma sobre investimentos intermunicipais. A este respeito Luís Sá chamaria a atenção na sua síntese final que "a pretexto de regulamentar e racionalizar, esta figura visa institucionalizar e eternizar esta forma de regresso às comparticipações da Administração Central na actividade autárquica, com o consequente cortejo de discriminações, burocracia, dependência, reeditando ainda que parcial e limitadamente a clássica romaria de mão estendida para os serviços centrais".

Finalmente o diploma sobre o funcionalismo autárquico, ainda em preparação, para além de não concretizar a desejada extinção do quadro geral administrativo do MAI, pretende criar um ficheiro nacional dos funcionários autárquicos, condicionando gravemente a capacidade autárquica de estruturar os respectivos quadros de pessoal e propiciar que o Governo se aproprie da competência exclusiva da Assembleia da República para legislar nesta matéria.

Dezena e meia de intervenções para um auditório cheio

"O pacote será pacote mas de lixo, cujo destino será uma lixeira, ou uma estação de tratamento, que bem necessitada há de fertilizantes para a agricultura" afirmou em jeito de "desabafo" o camarada Veiga de Oliveira, deputado à Assembleia da República e vereador da Câmara Municipal de Cascais, no final das 15 intervenções produzidas no Seminário sobre o "Pacote Legislativo Autárquico", a que presidiu.

Luís Sá, interviveria de seguida para uma apreciação aos resultados do Seminário, que decorreu em instalações cedidas pela direcção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) em Lisboa, durante toda a tarde do passado sábado. Presente mais de duas centenas de pessoas, eleitos da APU e também do PS e de partidos que integram a coligação governamental; igualmente corresponderam ao convite que lhes foi dirigido e manifestaram a adesão ao Seminário eleitos do Norte, das Beiras, do Alentejo e do Ribatejo, do Algarve, da grande Lisboa e do grande Porto, deputados e especialistas de diversas correntes de opinião.

Produziram-se dezena e meia de intervenções, ficando alguns ausentes do auditório por absoluta falta de tempo (no entanto os textos e os seus autores constarão do registo escrito do Seminário, juntamente com a matéria apresentada pelos restantes 15 oradores).

Veiga de Oliveira abriu a sessão afirmando que "ao sentido eminentemente global e nacional dos partidos contrapõe-se o bem estar das populações, a resolução atempada dos seus problemas e, máxima razão, a participação activa e criadora das populações na resolução dos problemas das comunidades em que se integram", pelo que saudou todos os presentes, independentemente do partido por que tenham sido eleitos ou a que tenham aderido. Antes de dar a palavra ao primeiro orador consideraria ainda que "nesta matéria só há dois campos: os que são pela descentralização, pela autonomia do Poder Local, pela

participação activa das populações na resolução atempada dos problemas e os que são pelo centralismo, pelo caquismo, pelas jogadas e manobras de facção, pelo tráfico de influências, em breve contra as autonomias locais e contra o Estado democrático-constitucional.

"Entretanto a fronteira que se para os dois campos não passa, seguramente, dentro dos limites configurados pelos participantes deste seminário" - sublinharia.

Anselmo Anibal, deputado e vereador da Câmara Municipal de Lisboa, abordaria a pretendida revisão da Lei das Autarquias pela "AD", seguindo-se-lhe Jorge Silva, que interviveria a propósito do novo diploma sobre o Plano Director, José Magalhães, assessor jurídico do Grupo Parlamentar do PCP, analisaria as implicações da revisão constitucional em matéria de Po-

popular. Maria dos Anjos Sousa da Silva, jurista do MAI, analisaria a tutela administrativa do pacote autárquico segundo "se-lhe no uso da palavra o arquitecto Leopoldo de Almeida para abordar o problema das regiões, Teresa Ventura, do colectivo da redacção da revista "Poder Local" para falar da proposta de lei de delimitação das actuações da administração central regional e local em matéria de investimentos, Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, José António Veríssimo, também membro do colectivo da revista "Poder Local" (falaria dos Investimentos intermunicipais), Manuel Ginja da Silva que abordaria a informação sindical sobre os trabalhadores das autarquias, Ludjhero Escovail, presidente da Junta de Freguesia da Brandão (que faria uma curta



der Local, seguindo-se Eufrosio Filipe, presidente da Câmara Municipal de Seixal, para falar da revisão da Lei das Finanças Locais.

João Amaro, licenciado em direito e chefe de gabinete de apoio do Grupo Parlamentar do PCP, analisaria a proposta de Lei sobre Eleições Autárquicas apresentada pelo Governo, vindo depois Osvaldo Castro, presidente da Assembleia Municipal da Marinha Grande, fazer a ligação entre o pacote autárquico do Governo e o movimento

intervenções que definiu como "uma intervenção do tamanho da importância que o Governo atribui às Freguesias" e finalmente José António Brito Apolónia, presidente da Câmara Municipal da Moita, que falaria do funcionalismo autárquico e a política do Governo.

Luís Sá, director da Revista "Poder Local", comentaria no final do Seminário e faria o seu balanço, seguindo-se um curto período para esclarecimentos pedidos pela assistência aos oradores.

Em Coimbra, Encontro distrital de quadros e activistas do PCP

Três centenas de pessoas participaram no encontro distrital de quadros do PCP, membros eleitos e activistas das autarquias, realizado em Coimbra no passado domingo no teatro da Faculdade de Letras. Presidiu o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Neste Encontro foi feita uma análise exaustiva, concelho a concelho, dos principais problemas e carências das populações locais, cuja solução se arrasta, não obstante as falaciosas promessas eleitorais da "AD" e dos seus sucessivos Governos.

Foi feito igualmente um balanço crítico à gestão "AD" e

PS nas autarquias do Distrito, assim como ao trabalho positivo dos eleitos da APU mesmo nas autarquias onde se encontram em minoria.

As conclusões do Encontro apontam para a perspectiva de um grande crescimento eleitoral da APU nas autarquias do distrito nas próximas eleições, tendo sido decidido fazer um grande esforço para concorrer a todas elas com listas APU.

Aprovadas duas moções por unanimidade e aclamação: numa delas dá-se o completo apoio à jornada do próximo dia 6 e apela-se à participação massiva nas manifestações que se vão efectuar no distrito, nomeadamente em Coimbra e Figueira da Foz; na outra apela-se aos órgãos de soberania, nomeadamente Presidente da República e Conselho da Revolução para que, na sequência da exigência do movimento operário e popular tão expressamente manifestada na greve geral do passado dia 12 de Fevereiro, procedam à demissão do Governo, à dissolução da Assembleia da República e à convocação de eleições gerais antecipadas e formação de um Governo de gestão.

No final do Encontro o camarada Jaime Serra fez uma aprofundada análise da situação política actual.

Quadros do PCP em Braga discutem Poder Local

Em Braga, no liceu Sá de Miranda, decorreu no passado domingo uma reunião de quadros comunistas de região, para discussão do trabalho do Partido nas autarquias e análise de questões relacionadas com as próximas eleições autárquicas. Presente o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

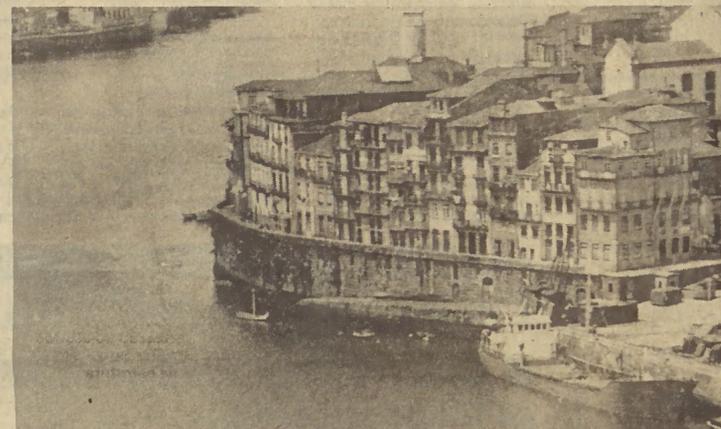
A situação das autarquias do Minho caracteriza-se de uma forma geral pelo domínio da maioria "AD", que tem prosseguido uma política de compadrio e corrupção ao serviço dos interesses e ambições dos grandes caciques e empreiteiros, com generalizado desinteresse e incomplicência dos seus eleitos em relação aos problemas da região, como sublinham as conclusões da reunião.

Foi igualmente referido que o PS não constitui alternativa que dê garantias de uma política democrática, pois a sua actuação em várias Câmaras e Juntas de Freguesia onde mantém grandes responsabilidades (apesar de ter diminuído a sua influência no Minho) é caracterizada por uma política de cedências à direita e recusa de diálogo com a APU.

E na política da APU e do PCP que as populações encontram os seus mais firmes e intransigentes defensores, apesar dos seus eleitos estarem em minoria na maior parte dos órgãos autárquicos da região; o prestígio da APU assenta nas provas dadas pelos seus eleitos, erguendo-se como a única força política capaz de dar garantias de competência, seriedade, dedicação e trabalho.

Concluiu-se nesta região que alastra o descontentamento popular contra a política da "AD", amplamente manifestado no Minho pela elevada adesão que a greve geral teve por parte dos trabalhadores dos distritos de Braga e Viana do Castelo, tendo-se colocado como objectivo apresentar listas APU não apenas em todas as autarquias autárquicas onde já se concorreu, mas também apresentar listas pela primeira vez em muitas outras freguesias.

Realçou-se finalmente que, apesar das condições favoráveis para a adesão de muitos trabalhadores e democratas ao trabalho da APU, torna-se indispensável que desde já todas as organizações e militantes do PCP no Minho se empenhem na importante batalha política que são as próximas eleições.



A APU apresenta-se hoje em muitas autarquias do distrito do Porto como a alternativa real para uma nova gestão local

Reunião de quadros no Porto sobre eleições autárquicas

Com a presença de Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, realizou-se no passado sábado no CT da Boavista, uma reunião de quadros do distrito do Porto sobre as eleições para as Autarquias Locais, onde participaram representantes de diversas organizações concelhias e sectores do Partido do distrito.

A reunião confirmou o agravamento dos problemas das populações do distrito, resultante da política da "AD" a nível do Governo e dos eleitos da "AD" na maioria das autarquias locais.

O não cumprimento da Lei das Finanças Locais (em dois anos a "AD" roubou ao distrito do Porto mais de seis milhões de contos) aliada à política de endividamento irresponsável das autarquias e dos "sacos azuis", o

"pacote" de destruição do Poder Local que o Governo se prepara para fazer aprovar, aliado à campanha ultra-demagógica sobre a "regionalização", a incompetência, a corrupção, as ilegalidades praticadas pela "AD" na generalidade das autarquias, o agravamento brutal dos serviços e bens essenciais, nomeadamente da electricidade e dos transportes - são aspectos da política da "AD" que têm agravado fortemente os problemas das populações e têm aumentado o profundo descontentamento popular.

O crescente apoio das populações, de socialistas e mesmo anteriores votantes da "AD", de pessoas sem partido, à APU é um outro traço muito saliente no distrito do Porto.

Foi feita ainda durante a reunião um balanço dos preparativos eleitorais da APU com vista às próximas eleições. Em muitos concelhos e freguesias prossegue a bom ritmo a dinamização da APU e o seu alargamento com democratas de diversas tendências, designadamente socialistas, e com pessoas sérias interessadas na resolução efectiva dos problemas das populações.

A reunião confirmou igualmente que a APU, pela sua política consequente, pelas provas dadas na defesa dos interesses das populações, pela sua abertura unitária e pelo grande aumento da sua influência, apresenta-se hoje em muitas autarquias do distrito do Porto como a alternativa real para uma nova gestão local.

Plenário do CLL do PCP sobre eleições autárquicas

Reuniu no passado dia 27 o Plenário do Comité Local de Lisboa do PCP, com participação de responsáveis pelo trabalho nas Autarquias da cidade de Lisboa, sendo discutidos e analisados os problemas decorrentes das próximas eleições autárquicas, nomeadamente os objectivos para a cidade de Lisboa (Câmara e Assembleia Municipal e para as 53 Freguesias).

Concluiu-se pela necessidade de reforço desta importante frente de trabalho, ameaçada neste momento por um "pacote" contra o Poder Local a nível nacional, que se fosse aprovado liquidaria a autonomia das autarquias locais, e o seu funcionamento amplamente participado e democrático.

No tocante à cidade de Lisboa, concluiu-se que a única alternativa democrática à gestão desastrosa, totalitária e incompetente da Câmara "AD"/Abecassis, é a Aliança Povo Unido. No conjunto das 3 principais forças políticas na cidade

de Lisboa, torna-se cada vez mais claro à população da cidade que a APU é uma força em crescimento, sendo o seu prestígio hoje muito grande. Aliás, as diversas eleições intercálculares que se têm realizado por todo o País e na cidade de Lisboa também (Freg. de Belém), são bem demonstrativas do crescente prestígio que o PCP/APU goza entre as grandes massas.

Em contrapartida a "AD" cai vertiginosamente, perdendo grande número de votos, como resultado da sua política antipopular e antinacional. Concretamente em Lisboa o desastre é total face à gestão incompetente, reacçãoária, demagógica, caricata e antipopular da Câmara "AD"/Abecassis.

Quando ao PS, a reunião concluiu de que face à gestão ineficaz da Câmara anterior, de presidência PS (1976/1979) e à sua política de alianças à direita a nível nacional, ao lugar que ocupa a nível da cidade de Lis-

boa no actual quadro eleitoral (3.ª força), o Partido Socialista não é uma alternativa crível à gestão reacçãoária AD/Abecassis. Por força desta política, o PS para além de ter perdido a Presidência da Câmara, perdeu ainda 25% do seu eleitorado entre 1976/1979 e 46 das 47 freguesias.

O Plenário do CLL, que contou com a presença dos camaradas José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, Dias Coelho do Executivo do CLL e Silva Graça, vereador da APU na Câmara e membro do CLL, discutiu ainda e tomou as necessárias medidas (de organização, de quadros, de direcção, de propaganda, de informação, etc.) necessárias ao cumprimento dos objectivos discutidos, por forma a apetrechar-se para a importante batalha para substituir a gestão reacçãoária e incompetente da Câmara "AD"/Abecassis, por uma Câmara competente, honesta, eficaz e democrática.

Encontro da APU em Pinhal Novo

A APU da Freguesia de Pinhal Novo, distrito de Setúbal, realizou no passado dia 21 o Encontro de elementos (eleitos e não eleitos) que integraram as suas listas para a Freguesia, fazendo um balanço da actividade da sua gestão nos últimos dois anos. Estiveram presentes 34 autárquicos, tendo-se discutido igualmente o programa de actividades para este ano, além duma perspectiva de trabalho com

vista às próximas eleições autárquicas.

Nas conclusões ressaltou a necessidade de melhorar a informação junto da população (boletins, folhas volantes, plenários, contactos diversos) e a ligação dos órgãos de Freguesia à Câmara Municipal. Vista igualmente a necessidade de descentralização de certos serviços camarários para a Freguesia, da ligação aos pequenos e médios

comerciantes e duma maior atenção aos jovens e mulheres (tendo-se para isso a criação de comissões específicas junto da autarquia).

A necessidade de uma maior dinâmica nos órgãos autárquicos locais (Executivo e Assembleia de Freguesia) e de desenvolver esforços no sentido de melhorar a frente no desporto e cultura, foi outro ponto salientado no Encontro.

Não há nada a fazer?

Afirmava Luís Sá na sua intervenção no final do Seminário sobre o Pacote Legislativo Autárquico: «uma ideia para nós é clara: quem apresenta este "pacote legislativo" não pode defender com sinceridade uma regionalização verdadeira e democrática», para perguntar de seguida se aquela apresentação do pacote legislativo do Governo durante a tarde de sábado - percorrida por inevitáveis e cerradas críticas - significava não haver nada a fazer em matéria de política regional e local.

"Naturalmente que não - responderia Luís Sá - pelo contrário existem algumas medidas que se impõem, numa perspectiva de reforço do Poder Local. E enumerou-as, dez ao todo, a saber: aplicação integral da Lei das Finanças Locais em vigor, consagração do direito de as Freguesias receberem um mínimo de 20% da alínea b) do artigo 5.º desse diploma legal; aprovação da lei de delimitação de responsabilidades em matéria de investimentos nos termos em que foi aprovada pela AR em Julho de 1979, o que significa em primeiro lugar que o Governo não deve ter possibilidades de tratar com as autarquias uma a uma e em segundo lugar que os municípios devem ter competência para elaborar e aprovar automaticamente o Plano Director Municipal, definir e executar a política de solos, declarar a utilidade pública e tomar posse administrativa dos terrenos considerados necessários para a boa gestão do município, do seu solo, dos seus recursos e do seu desenvolvimento.

Impõe-se igualmente a criação de linhas de crédito com juros fortemente bonificados, a conceder aos municípios e a serem utilizados prioritariamente nos domínios do saneamento básico e da habitação, a consagração de todos os vereadores das Câmaras, dos presidentes das Juntas e de alguns vogais em freguesias de maior dimensão trabalharem a tempo inteiro nos órgãos autárquicos, correspondendo assim às responsabilidades acres-

cidas que tenham de assumir, no quadro de uma política democrática, esses órgãos de administração local e a extinção do Quadro Geral Administrativo dos serviços externos do MAI, colocando os seus trabalhadores na inteira dependência da Administração Municipal.

Também se devem reestruturar o Tribunal de Contas e os Tribunais de Contribuições e Impostos, criar um novo sistema de contabilidade a par de uma contabilidade "legal" pouco menos que inútil (em Câmaras, recordaria Luís Sá, já hoje se elabora contabilidade que fornece indicadores verdadeiros e constitui cada vez mais o suporte indispensável de uma gestão rigorosa), incentivar decididamente o reapetrechamento de serviços de apoio às autarquias, designadamente dos GAT's, apoiar a independência real dos órgãos autárquicos através do progressivo provimento dos seus quadros com técnicos capazes e competentes (o que só é possível com os estímulos necessários).

Finalmente impõe-se a regulamentação clara e correcta das atribuições e competências das diferentes Direcções Gerais e serviços dos Ministérios de modo a inviabilizar ingerências, bloqueamentos e boicotes que se têm sucedido com lamentável frequência.

Estará o Governo interessado nisto? É evidente que não. Os seus objectivos têm a ver com a destruição do Poder Local democrático nascido no Portugal de Abril, como bem se percebe neste "pacote legislativo" que denodadamente procura impor ao povo português. Talvez porque, como disse alguém na Conferência do Poder Local organizada pelo PCP e citado por Anselmo Anibal, "esta coisa do Poder Local vai tirando o fascismo da cabeça das pessoas".

As autarquias locais são escolas de democracia. E o Governo "AD" quer destruí-las. Também aqui se torna urgente arrear definitivamente do poder os homens da aliança reacçãoária.

PCP

Vencer a crise promover o desenvolvimento



Seminário sobre a situação económica

Estudar a alternativa

A realização no próximo domingo do seminário do PCP sujeito ao tema «Vencer a crise, promover o desenvolvimento» é uma iniciativa que encontra as suas razões e a sua importância na própria experiência da vida de todos os dias. A palavra crise entrou no vocabulário corrente dos portugueses, mas a verdade é que se a crise é uma realidade, tal evidência coloca por ela própria a absoluta necessidade de caracterizar rigorosamente a situação, bem como a de definir as saídas para ela.

O exercício do poder pelos governos «AD» constituiu em muitos aspectos o prosseguir de uma política que o PCP caracterizou como de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e cujo arranque foi proporcionado já pelos governos PS e PS/CDS. É por isso indesejável que a acção continuada dos governos «AD», por um lado, e, por outro, o recurso despojado a uma prática política subversivamente contrária à legalidade portuguesa geraram situações que interessam ver até que ponto constituem uma alteração qualitativa e de fundo ao quadro económico português. Quer no campo puramente económico, quer no campo dos instrumentos jurídicos os governos da direita tudo têm feito para subverter e destruir quanto o Povo português construiu nos últimos anos. Na linguagem seca e clara dos números e das verdades, algumas das intervenções já preparadas para o seminário dão conta de uma realidade deveras preocupante. Simultaneamente, traduzem com implacável clareza que a situação a que o País chegou nas mãos da «AD» não se deve a uma pura e simples questão de incompetência ou de incúria, corresponde sim a um plano, a uma lógica evidente de destruição e de subversão. Sem dúvida que o campo livre deixado pelo Governo à incompetência, dentro e fora dele, a complacência quando não cumplicidade com a corrupção, a inépcia e a incúria valiosamente se podem harmonizar com um objectivo bem mais vasto de desagregação e destruição do quadro económico, social e político

criado pelo 25 de Abril. É porém este objectivo, o da recriação dos grandes monopólios, o do forjar desde já condições favoráveis à concentração de capitais e ao espartilhar do funcionamento económico do País que claramente transparece.

Crédito para o capital

Encontra-se já concluída cerca de meia centena de intervenções escritas a serem apresentadas. Outras estão ainda previstas e o debate e intervenções orais naturalmente enriquecerão grandemente o quadro. Dos projectos já em fase de conclusão transparece o panorama sombrio que se generaliza a questões tão diferenciadas como a política de crédito, a arborização ou a evolução do emprego. No que se refere à política de crédito, serão apresentados ao seminário elementos que com meridiana clareza caracterizam as grandes linhas da ofensiva da política económica da «AD». Tomemos como exemplo a situação do sector nacionalizado no tocante ao crédito: Durante os dois últimos anos, o crédito interno às empresas públicas diminuiu 7% em termos reais. Em 1980, enquanto que o financiamento das empresas privadas foi assegurado em 97% pelo crédito interno, este só cobriu 27% do financiamento das

empresas públicas. Com a agravante de o crédito externo ser cada vez mais a curto prazo (94% em 1980) e cada vez mais caro em resultado do aumento das taxas de juro no exterior e da acentuada desvalorização do escudo face ao dólar. Isto é, em termos de estrutura empresarial são as empresas públicas que estão a suportar o essencial dos custos dos défices externos provocados pela desastrosa política económica de recuperação capitalista, nomeadamente dos governos da «AD».

Esta situação de benefício das empresas privadas é ainda feita em manifesto prejuízo das pequenas e médias empresas e claro apoio ao grande capital. Mas atente-se ainda, por outro lado, no quadro traçado quanto a este investimento externo cujos custos o Governo lança sobre as empresas do sector público: A «AD» apela ao Investimento estrangeiro como fonte de financiamento. Mas, para além de outras questões essenciais que agora não curamos de analisar, a verdade é que a entrada de capitais externos sob a forma de investimentos, não sendo formalmente um mero empréstimo, funciona na prática como tal e com taxas de «juro» ainda mais elevadas. Atente-se por exemplo que em 1980, do Investimento Directo Estrangeiro autorizado apenas 40%

dará lugar à entrada de divisas. No entanto, a chamada «remuneração do capital» a transferir para o estrangeiro incidirá sobre os 100% do Investimento Directo Estrangeiro. Isto é: a curto prazo, o País exportará mais divisas por lucros e dividendos que as divisas entradas como investimentos. E, aliás, o que se passa a nível mundial. Só em 1979, de acordo com os dados da OCDE, os investimentos directos estrangeiros nos países em desenvolvimento somaram 13,5 milhões de dólares, enquanto que a transferência de lucros e dividendos para os investidores imperialistas atingiu 15 mil milhões de dólares.

Da floresta ao urânio passando pela refinação de petróleo

A política florestal seguida pela «AD» é objecto igualmente de uma análise de particular clareza. A prioridade dada à plantação de eucaliptos essencialmente destinados à indústria de celulose, em detrimento das resinosas e de outras intervenções de extensão florestal, é outro exemplo de uma negociata política de pesadíssimos custos para o País. E pesadíssimos custos que se reflectem não apenas no campo directo da produção

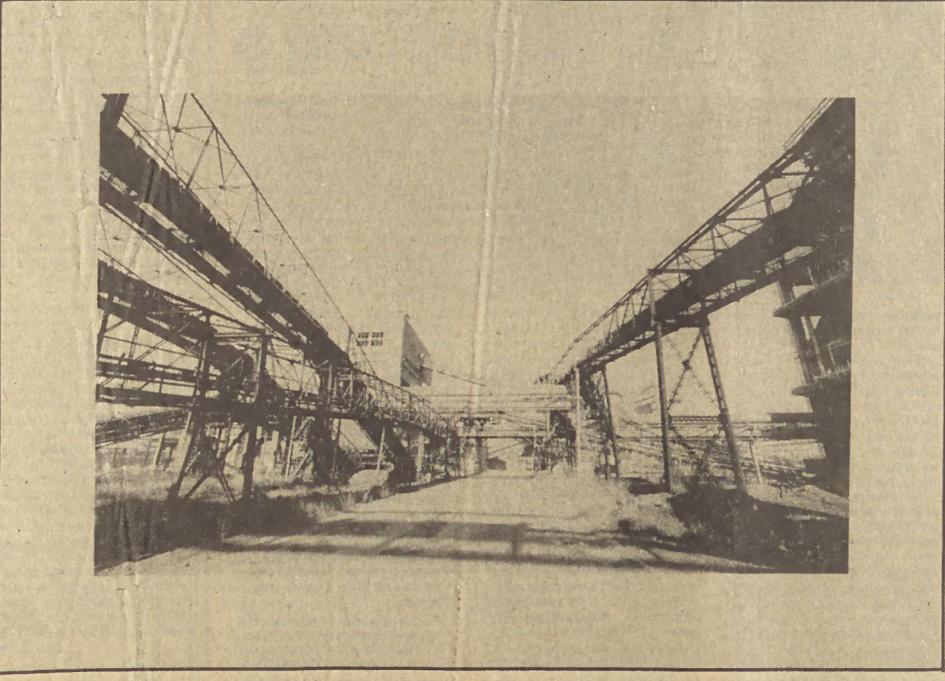
- **Local**
Na Faculdade de Letras de Lisboa
- **Horário**
09 h 30 m – 11 h 00 m – Abertura e funcionamento em sessão plenária
11 h 00 m – 13 h 15 m – Funcionamento em secções
13 h 15 m – 15 h 00 m – Almoço
15 h 00 m – 17 h 00 m – Funcionamento em secções
17 h 00 m – 17 h 30 m – Intervalo
17 h 30 m – 19 h 00 m – Funcionamento em secções
19 h 00 m – 19 h 15 m – Intervalo
19 h 15 m – 20 h 30 m – Plenário de encerramento
- **Secções**
São as seguintes as secções previstas:
1.ª secção – Agricultura
2.ª secção – Pescas
3.ª secção – Indústria
4.ª secção – Política monetária e financeira/comércio, preços e salários
- **Funcionamento**
No início dos trabalhos será fornecido aos participantes um «Guião de Informações» que incluirá, além do horário, indicações sobre as salas onde funcionarão as secções, sobre o bar da Faculdade aberto no domingo, restaurantes abertos na zona, transportes públicos, etc.

(restrições à matéria-prima e inerente crise para a indústria de serração, por exemplo), como outros aspectos como os de defesa ecológica e mesmo do domínio institucional. Na verdade, os esforços de revisão da lei dos baldios, se visam favorecer os caciques locais no prosseguimento de uma prática que longamente os povos rurais combateram, estão igualmente ligados à questão da florestação à base de eucaliptos que o Governo tem incentivado exactamente nos baldios. Um passo ao lado e, no sector das indústrias extractivas, poder-se-á encontrar a situação dos jazigos de urânio português. Onde a indicação das medidas de bloqueamento dos planos de exploração mineira (nomeadamente dos jazigos do Alto Alentejo que a «AD» impediu mediante o congelamento do investimento já previsto) leva a colocar inquietantes interrogações:

Não estará prevista a entrega a multinacionais ou outras organizações delas dependentes a futura próxima exploração dos jazigos?
Porque se está a entregar a prospeção dos minérios de urânio a organizações estrangeiras? E elas prospectam só urânio?
Porque se não preparam ou preparam quadros técnicos nacionais aos vários níveis?
Porque se dispensaram os quadros técnicos que existiam?
Mas este malbaratar de

possibilidades, este degradar de um lado e conservar potencialidades à espera do guloso salto do capital privado, alarga-se a tantos e tantos outros pontos. Que dizer quando se constata que o nível de utilização da capacidade de refinação de petróleo no nosso país é de 43%? Na realidade, após a entrada em funcionamento da refinaria de Sines, a capacidade instalada da indústria portuguesa do sector passou de 9 500 000 t/ano para 15 500 000 t/ano. E sublinha-se: Como é evidente, a subutilização acarreta custos elevados — são bastante superiores a 1 milhão de contos por ano. Tem havido algumas tentativas de colocação dos serviços de refinação (ou de processing) no exterior por parte da empresa pública refinadora — a Petrogal. Nunca, porém, tiveram êxito absoluto já que os contratos conseguidos absorveram apenas uma parte da capacidade excedentária.

Esta tónica de crise transparece assim na análise feita a praticamente todos os sectores da actividade económica nacional. E tudo parece indicar que os resultados desta política continuada criaram situações novas a exigirem medidas novas. A realidade tem vindo a demonstrar a justeza das propostas e advertências feitas pelo PCP na sua Conferência Económica e na Conferência para a defesa das nacionalizações: como se sublinha numa das intervenções, as propostas então apresentadas pelos comunistas são já hoje um lugar comum aceite pela maioria dos gestores e técnicos. A verdade contudo é que, longe de terem sido postas em prática as propostas do PCP, assistiu-se a uma política verdadeiramente criminosa. E as medidas que a situação hoje impõe terão que ter em conta os resultados de anos de desgovernação. O seminário «Vencer a Crise, Promover o Desenvolvimento» constituirá um passo importante para o conhecimento e definição do que se passa e do que é necessário fazer. Na normal coerência da política do PCP, será um contributo à luta pela verdade e ao sistematizar e desvendar os resultados da política da direita no Poder, será um contributo que mais uma vez tornará claro e concreto que os problemas nacionais se resolvem com os trabalhadores e com o PCP e não contra os trabalhadores e o PCP.



Informação «AD»: Reaccionarismo e incompetência

Esta é a seriedade da imprensa AD: na passada semana, como prova a gravura junta, o semanário reaccionário «Tempo» dava grande destaque na primeira página a uma «notícia» completamente inventada. Segundo ela, no dia 17 de Fevereiro tinha sido detido pela Polícia Judiciária, na Central Telefónica da Trindade, em Lisboa, um membro do PCP de nome José Carlos que se encontrava «em estranha situação numa acção altamente profissional».

O mesmo «Tempo» não se esqueceu de juntar à «notícia» o costumeiro ingrediente anticomunista da subversão internacional, adiantando que «os investigadores não excluíram o apoio conjunto de técnicos internacionais com intuições políticas de desestabilização».

Entretanto, segundo a própria administração dos TLP

aprou, a «notícia» é completamente falsa, pois não foi detido qualquer elemento da Central Telefónica da Trindade e o único funcionário de nome José Carlos estava de folga naquele dia e não é membro do PCP.

Quem tinha sido detido, sim, fora um tal Machado, funcionário administrativo dos TLP e dono do automóvel apreendido com armas no Parque Eduardo VII, em Lisboa, no dia 12 de Fevereiro, provocação que dera a ajuda principal à fracassada história da «insurreição do Ângelo».

Mas não se fica por aqui, a referida edição do semanário do sr. Nuno Rocha. Para além de um «artigo» sobre a Marcha contra o Desemprego,

Cresce a luta contra a «informação AD»

Citámos o «Tempo», mas outros casos poderiam ser aqui trazidos — infelizmente não são de jornais de direita (estamos a lembrar-nos, como o leitor já deve ter percebido, do «Portugal Hoje»...). Mas o mais grave é, naturalmente, o que se passa ao nível da comunicação social controlada pelo Estado.

Aquilo que os jornais privados dizem e como o dizem, se é certo que documenta o que é e como actua a direita, a verdade é que, em princípio, só responsabiliza as forças que directa ou indirectamente apoiam essa imprensa.

O mesmo não se passa, porém, com a Televisão, a rádio e os jornais do Estado, cuja missão e específico enquadramento jurídico estão consagrados constitucionalmente e regulados por leis próprias, apontando essencialmente para algo que, obviamente, a «AD» não tem condições para cumprir: o respeito pelo pluralismo informativo e ideológico.

Esclarecimento da SIP do PCP

1. É relativamente frequente que órgãos de Informação, designadamente quando referem, citam ou descrevem intervenções públicas de dirigentes do PCP de que não foi distribuído o respectivo texto, apresentem versões inexactas ou deturpadas ou ainda interpretações incorrectas daquelas declarações.
2. A SIP do PCP considera necessário chamar a atenção para que estão manifestamente neste caso determinadas notícias publicadas nalguns jornais (designadamente no «Diário de Notícias») relativas à recente sessão de esclarecimento promovida pelo PCP no Palácio de Cristal do Porto, em que se atribuiu ao secretário-geral do PCP a afirmação de que Ramalho Eanas seria «o único homem que tem poderes constitucionais para concretizar os desejos dos comunistas».
3. Esclarece-se, com efeito, que o secretário-geral do PCP não fez aquela afirmação nem qualquer outra similar e que, em consequência as referidas citações ou interpretações no mesmo sentido são destituídas de qualquer fundamento e não têm qualquer relação com o que efectivamente foi afirmado por Álvaro Cunhal, naquela sessão do PCP. 27 de Fevereiro de 1982 A SIP DO PCP

deles nada consta no passim.

— chama a atenção, finalmente, para «um interessante artigo sobre a posição de cientistas estrangeiros», verificando no entanto o leitor que se trata apenas das opiniões de dois espanhóis retiradas da revista «Cambio-16».

— ou seja, e para não perder mais tempo: estes senhores não são reaccionários e de um anticomunismo ultrasectário, como nem os seus próprios leitores respeitam, vendendo-lhes gato por lebre sem o menor dos escrúpulos.

— Assim a «informação AD»: a incompetência profissional ao serviço do 24 de Abril.

SEMANA Internacional

24 Quarta-feira



São divulgados os resultados do referendo realizado na Gronelândia, em que a maioria da população votou pela saída da CEE; é o primeiro povo que abandona a Comunidade desde a sua formação, há 25 anos. O primeiro-ministro grego Andreas Papandreou reafirma em entrevista ao "Financial Times" a recusa do seu governo socialista em seguir a actual política norte-americana contra a União Soviética. Helmut Schmidt e François Mitterrand iniciam em Paris uma cimeira de dois dias para debater relações bilaterais e internacionais. O antigo embaixador norte-americano em El Salvador, Robert White, denuncia os métodos da Junta fascista no poder daquele país e considera "fantástica" a declaração de Reagan de que a situação no domínio dos direitos humanos teria melhorado em El Salvador.

25 Quinta-feira

A SWAPO acusa as tropas sul-africanas de terem chacinado 15 civis no norte da Namíbia e afirma que os Estados Unidos procuram sabotar um Plano de Paz para o território. Termina em Varsóvia a reunião do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco, durante a qual foi feita uma advertência aos EUA para que acabem com as suas interferências na Polónia. A polícia do Zimbábue descobre mais um esconderijo de armas, perto da base aérea de Thornhill, junto à cidade de Gwelo. A ditadura argentina torna pública a sua decisão de apoiar militarmente a Junta fascista no poder em El Salvador. O secretário para a Irlanda do Norte, James Prior, declara que será aberto um inquérito judicial público sobre o escândalo da prostituição de menores do sexo masculino em que estão envolvidas altas personalidades legalistas de Belfast.

26 Sexta-feira



O Ministério Público da Alemanha Federal anuncia que vai investigar acusações feitas ao governo de Bonn de ter concedido isenção de impostos, no valor de 120 milhões de marcos, ao consórcio "Flick", em troca de donativos aos partidos da coligação no poder. Um "Boeing 737" da "Tanzanian Airlines" é desviado em pleno voo e levado para Nairobi. A "General Motors" divulga a decisão de encerrar mais quatro fábricas de peças para automóveis, onde trabalham cerca de 10 mil operários; eleva-se assim para sete o número de fábricas do consórcio a encerrar nos EUA. O parlamento polaco (Dieta) inicia uma sessão de dois dias tendo como tema central o debate das reformas económicas e alterações no governo.

27 Sábado

Chega a Chipre, para uma visita oficial de três dias, o primeiro-ministro grego, Andreas Papandreou; é a primeira vez que um chefe de governo grego visita oficialmente Chipre. O Pentágono anuncia que cerca de um milhar e meio de homens participará em breve num exercício de desembarque na base americana de Guantanamo, situada na ilha de Cuba; os exercícios são considerados pela URSS "acções militares provocatórias para pressionar Cuba". Dois representantes da guerrilha guatemalteca acusam os EUA, Israel, Chile, Argentina e Formosa de estarem a contribuir para o genocídio organizado pelo regime do general Lucas García.

28 Domingo

O ministro polaco do Interior anuncia uma série de medidas de abrandamento da lei marcial. A agência ANSA informa que o Papa João Paulo II recebeu Sam Nujoma, dirigente da SWAPO e Oliver Tambo, do Conselho Nacional Africano; aquelas organizações lutam pela independência da Namíbia e contra o regime racista da África do Sul. O secretário do governo sionista Arye Naor anuncia que se o presidente egípcio Mubarak se recusar a visitar Jerusalém durante a sua estadia em Israel, a visita será anulada. Dezanove países boicotam uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da OUA, alinhando com Marrocos no protesto contra a admissão da Frente Polisário na organização. O representante da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional em Paris anuncia na capital francesa que tropas das ditaduras sul-americanas estão prontas para intervir em El Salvador, caso a Junta fascista não consiga deter os avanços da FMLN.

1 Segunda-feira

Antigos membros do PCE, recentemente expulsos, anunciam em Madrid que estão a preparar a criação de um "novo partido comunista" que preencha o espaço político deixado à esquerda pelo actual. A União Soviética propõe ao Japão a assinatura de um acordo segundo o qual a URSS não usará armas atómicas contra aquele país e o Japão não armazenará ogivas nucleares no seu território. O primeiro-ministro polaco, general Jaruzelski chega a Moscovo em visita oficial, acompanhado dos presidentes do Partido Camponês, do Partido Democrata e de organizações católicas. Aterra no planeta Vénus uma nave soviética não tripulada; a "Vénus-13" começou de seguida a transmitir fotografias a cores do planeta e a recolher amostras do solo para análise.

2 Terça-feira

Um porta-voz da secretaria de Estado norte-americana revela que Alexander Haig utilizou fotos fraudulentas para tentar provar que os sandinistas chacinavam índios Miskitos; as fotos eram de criminosos guardas de Somoza, que os EUA apoiam. O presidente da Organização dos Países Exportadores de Petróleo chega a Riad para uma reunião de emergência destinada a discutir os excedentes mundiais de petróleo. A administração do jornal de despedimento de 210 trabalhadores, num tentativa para evitar o encerramento do jornal. A NASA anuncia o décimo aniversário do espaço da sonda planetária "Pioneer 10", a primeira a observar Júpiter. Cerca de 40 mil trabalhadores concentram-se em Liège (Bélgica), para protestar contra a CEE e recentes medidas do governo belga tendentes à redução dos seus salários.

Efeméride da Semana – A Frente Polisário proclama a 27 de Fevereiro de 1976, em território do antigo Sara Espanhol, a República Árabe Sahariana Democrática.

Internacional

Farsa eleitoral na Guatemala

A alternativa democrática está na luta popular

No próximo domingo, dia 7 de Março, realizam-se na Guatemala "eleições" gerais para o Presidente e vice-presidente da República, deputados e municípios. Trata-se de um processo essencialmente anti-democrático que se realiza à margem e contra a vontade e os interesses fundamentais do povo guatemalteco, um processo que se insere na política antipopular aplicada pela ditadura com o apoio dos Estados Unidos. Os oito partidos concorrentes às "eleições" assumem todas posições de direita, desde os moderados aos fascistas confessos. Um objectivo fundamental do une – esmagar o movimento revolucionário e "salvar a Guatemala da ofensiva do comunismo internacional".

As várias tendências da direita

Na presente campanha eleitoral definiram-se no seio da classe dominante três tendências fundamentais: o grupo mais tradicional dos latifundiários, politicamente representados

vara, proposta pelo FDP, traduz com maior clareza a continuidade da política genocida de Lucas García. Através de Guevara o Exército expressa a sua decisão de manter por mais tempo o controle absoluto do Estado, à revelia dos partidos políticos e do sufrágio. Esta opção política



A repressão, mesmo os assassinatos, não impedem a continuação da luta

pelo "Movimento de Libertação Nacional", MLN; um sector mais recente da burguesia monopolista, associada a capitais estrangeiros, organizado na "Central Auténtica Nacionalista", CAN; e o grupo hegemónico da burguesia monopolista – actualmente no poder – representado pelos partidos que formam a "Frente Democrática Popular", FDP; o "Partido Institucional Democrático", PID, "Partido Revolucionário", PR, e "Frente de Unidade Nacional", FUN.

A candidatura do ex-ministro da Defesa, general Anibal Gue-

vara, procura o aperfeiçoamento do actual regime, em que se articulam os interesses da camarilha dos chefes militares fascistas com os de uma fracção da burguesia monopolista que manobra o aparelho estatal em função dos seus interesses de lucro.

As forças do CAN – propondo a candidatura de Gustavo Anzueto Vielman – pretendem avançar com um modelo de acumulação capitalista na base de uma maior entrega dos recursos e riquezas nacionais às multinacionais, conceder mais e mais áreas económicas à "iniciativa

privada" e incrementar a taxa de exploração da força de trabalho.

O MLN, com o sinistro Mario Sandoval Alarcón como candidato presidencial, representa os interesses da oligarquia agrária tradicional.

Estas três tendências reaccionárias constituem variantes do mesmo modelo político definido pelo Pentágono para a Guatemala e concretizado pelos actuais governantes.

A participação de outros partidos, mesmo quando se apresentam como oposição, serve de facto para legitimar a farsa eleitoral.

O povo não tem nenhuma hipótese de alcançar o poder pela via eleitoral. Numa situação nacional onde impera a repressão e o terror fascista, que obriga as forças populares e democráticas a actuar na clandestinidade e,

e intervencionista do governo Reagan, intensifica a repressão e o terror com o vão propósito de aniquilar o movimento revolucionário, democrático e popular.

Desde a sua subida ao poder, em 1978, o governo de Lucas pós em marcha o sinistro plano dos "Mil dias", destinado a liquidar as expressões abertas do movimento popular, assassinando os principais dirigentes e activistas sindicais, estudantis e dos próprios partidos políticos legais. Milhares de guatemaltecos foram assassinados pelo actual regime. Diariamente aparecem disseminados por todo o país, a céu aberto ou em fossos comuns, dezenas de cadáveres com evidentes marcas de torturas e mesmo mutilações.

Os assassinatos em massa de camponeses nos planaltos guatemaltecos onde o Exército aplica a tática de "terra queimada", a campanha de liquidação do movimento operário e sindical, sectores universitários e estudantis, sectores religiosos, professores, jornalistas consequentes e intelectuais democráticos e em geral a perseguição e assassinato de todos os que manifestam o seu descontentamento e oposição ao regime, são parte integrante do plano imperialista, que combina o terror, a histeria anti-comunista e a demagogia, para conter a luta revolucionária em ascenso, isolar os combatentes das massas, paralisar a luta revolucionária de massas com métodos fascistas de repressão.

Esta política da ditadura, apoiada com armas, conselheiros e preparação de quadros pelo Pentágono e a CIA, pelos sionistas de Israel, pelos militaristas da Tailândia e Coreia do Sul, pelas ditaduras do Cone Sul da América Latina, é uma variante nacional da "guerra suja" dos imperialistas norte-americanos para esmagar a luta de libertação nacional através do genocídio.

O PGT aponta a alternativa

Na Declaração comemorativa do seu 32.º aniversário, o Partido Guatemalteco do Trabalho, PGT (comunista), dirigiu um apelo a todo o povo para lutar contra a farsa eleitoral de 7 de Março, fazê-la fracassar, como parte de um esforço unido de desenvolvimento da resistência popular anti-fascista, aprofundamento da

O plano dos "Mil dias"

O processo eleitoral realiza-se em condições particularmente graves, quando a ditadura, encorajada pela política agressiva

Democracia «à turca» com bênção da NATO

Depois da tomada do Poder na Turquia, pela Junta militar que desde o início contou com o decisivo apoio da NATO, foram executadas 10 pessoas; 29 foram condenadas à morte, aguardando simplesmente a ratificação das condenações pelo Conselho Nacional de Segurança; estão pedidas dual mil penas de morte; decorre actualmente o julgamento em tribunais militares de mais de 46 700 pessoas.

Um processo particularmente significativo é o dos dirigentes da DISK, central sindical dos trabalhadores turcos. Contra estes dirigentes foi pedida a pena de morte.

Qual a acusação? Por surpreendente que possa parecer, os 52 dirigentes da DISK presos são acusados de: fazer greves, organizar manifestações do 1.º de Maio, opor-se ao perigo do fascismo, participar e cooperar com o movimento sindical internacional, defender os direitos democráticos e sindicais da classe operária, opor-se ao sindicalismo colaborador (os sindicatos amarelos) e lutar pela obtenção dos mais amplos direitos para os operários.

Vale a pena tomar conhecimento de alguns extractos da acta de acusação:

«Após o seu 5.º Congresso, a DISK, que se orientou para um sindicalismo democrático de massas e de classe, à luz das decisões do Congresso, deu importância ao

desenvolvimento das suas relações com o movimento sindical que considera como movimento sindical progressista internacional, e, muito particularmente na sua imprensa, tentou, de forma consequente, dar a conhecer à sua base o movimento sindical mundial.

«Assim, desenvolveu as suas relações com sindicatos de diferentes países (CGT francesa, CGIL italiana, URSS, Bulgária, sindicatos dos países do Médio Oriente) e a Federação Sindical Mundial e nas reuniões e conferências sindicais internacionais reflectiu a posição científica da classe operária turca».

«A DISK é um sindicato de massas e de classe, ou seja uma união de sindicatos marxistas-leninistas criado face ao sindicalismo colaborador (democrático)».

Por estes «crimes» os dirigentes da DISK, que reúnem 600 000 trabalhadores, foram presos e torturados durante meses, não sendo autorizados a contactar com as suas famílias ou sequer com os seus advogados. Por estes «crimes» podem ser legalmente assassinados pela Junta.

Um exemplo, entre muitos, que nos faz compreender melhor o sentido das palavras do secretário-geral da NATO, Joseph Luns, quando afirma: «os generais de Varsóvia estão decididos a extirpar o espírito da democracia e os de Ankara a criar condições que permitam a expansão desse espírito»...

Polónia: evolução positiva e perigos que persistem

Em Janeiro deste ano a produção diária de carvão na Polónia aumentou de 8,8% em relação a Dezembro passado e em 5,1% em relação a Janeiro de 1981. Recentemente, o "New York Times" informou que a Polónia teria liquidado totalmente os juros que devia ao "Bank of America", o primeiro credor privado norte-americano de Varsóvia. Não se trata de factos dispersos. São dois exemplos que se inserem no grande esforço que a nível nacional está a ser desenvolvido para arrancar o país da situação de profunda crise em que o deixou o aproveitamento pela contra-revolução do descontentamento popular por uma política desenvolvida em detrimento da democracia socialista e das leis de desenvolvimento económico do socialismo.

Na reunião há dias realizada pelo CC do POUP foi considerada o ponto central da ordem de trabalhos o exame das "tarefas do POUP na luta pela sua unidade, para o reforço do poder popular e para a total aceitação do socialismo no país". Nessa mesma direcção vão os debates e decisões do Parlamento polaco – a reorganização da vida socio-política e económica. Na sua última sessão foram lemas centrais as reformas económicas, para além de algumas alterações a nível governamental. Anteriormente a Dieta (Parlamento) tinha dedicado particular atenção à análise da evolução da situação desde 13 de Dezembro e de perigos que subsistem, à necessidade de reforço da demo-

cracia socialista, ao futuro movimento sindical, apontando para a necessidade da unidade política das associações sindicais, e ainda à remodelação das estruturas económicas e à reforma do sistema de gestão económica, com destaque para três aspectos: prover a população de alimentos; melhorar a situação habitacional; recuperar a soberania a nível económico, furtando-se à dependência de empréstimos do mundo capitalista.

A contra-revolução ainda está viva

Em anterior reunião da Dieta, o camarada Jaruzelski, presidente do Conselho Militar de

Salvadora Nacional, afirmou que «a Polónia continua exposta a numerosos perigos. As emissões das estações inimigas e os panfletos criminosos apelam para conspirações, inclusive para actos terroristas. Incentivadas de fora, as forças antiestatais ameaçam entrar de novo em acção».

Os factos comprovam esta apreciação. Em Fevereiro foi realizada uma vasta operação de segurança na sequência do aparecimento de panfletos incitando à guerra civil, preconizando acções violentas. Na cidade de Wrocław deflagrou mesmo uma bomba. Outra foi localizada em Lubin. Há fortes pressões para empurrar a juventude para acções anti-socialistas. Por outro lado registam-se factos significativos como a celebração de uma missa pelo capelão universitário de Varsóvia por ocasião do 1.º aniversário do registo da «União Independente dos Estudantes», actualmente dissolvida.

Pelo país circulam panfletos com o slogan «O Inverno é vossa», mas a Primavera será nossa», panfletos em que se admite a possibilidade de conflitos armados. Em publicações contra-revolucionárias clandestinas afirma-se não ser o momento

adequado para uma sublevação mas... «é necessária a organização de um movimento clandestino que restaure a independência do "Solidariedade"».

A posição da Igreja – pelo menos no que respeita ao "Solidariedade" – está longe de contribuir para uma estabilização da situação. Assim o primaz da Polónia, Josef Glemp, fez votos para que «numa Polónia curada da doença do ódio (...), haja lugar para a Igreja e sindicatos independentes como o "Solidariedade"». Quando manifestamente o "Solidariedade" já provou ter de independente muito pouco.

Ingerência e mais ingerência

Estes factos não ocorrem por acaso. A verdade é que a ingerência continua, e de certo modo de forma ainda mais clara e aberta. O Departamento de Estado norte-americano atreve-se a «avisar» Varsóvia contra a exclusão do "Solidariedade" do debate sobre a reorganização dos Sindicatos na Polónia. O chanceler Schmidt, da RFA, em entrevista ao "Guardian", diz-se «a favor de fortes pressões morais no Exército polaco»...

guerra revolucionária, precipitação da crise do poder reaccionário e aproximação do triunfo da revolução.

O Partido Guatemalteco do Trabalho aponta mesmo, como a mais importante tarefa do movimento revolucionário guatemalteco na actualidade, conseguir a mais ampla unidade, possível e necessária, de forma a incorporar organizada e concretamente uma importante acção atacando uma base militar no departamento de Huehuetenango.

Nesta direcção se insere a recente fusão das quatro organizações guerrilheiras mais importantes da Guatemala na "Unidade Revolucionária Nacional

Guatemalteca", com o objectivo expresso de "unificar a condução da guerra popular revolucionária para a tomada do poder político".

A "Unidade Revolucionária Nacional" anunciou um programa de governo, que inclui a expropriação das grandes empresas nacionais e estrangeiras e a reforma agrária. A uma semana da realização da farsa eleitoral, as forças guerrilheiras da Frente concretizaram uma importante acção atacando uma base militar no departamento de Huehuetenango.

Esta a resposta popular à demagogia e à violência de uma ditadura – mais uma – que vive e sobrevive graças ao multiforme apoio do imperialismo.



«O respeito pelo direito dos outros é a paz» – uma opinião partilhada por Fidel Castro e Lopez Portillo e que Washington continua a não respeitar, muito particularmente na América Latina

Fidel a Portillo – Cuba defende a Paz

Cuba proclamou reiteradamente o seu desejo de paz. Nenhum povo da nossa América deve temer as armas cubanas, que jamais se levantarão em agressão fratricida. Essas armas estão aqui, única e exclusivamente, para a defesa da pátria.

As palavras são de Fidel Castro em carta dirigida ao presidente mexicano José Lopez Portillo, a quem manifesta o total acordo com as declarações proferidas por aquele estadista aquando da sua recente visita à Nicarágua. Recorde-se que Lopez Portillo, que foi condecorado em Managua com a ordem de Augusto César Sandino – o general que chefiou a resistência contra os Estados Unidos entre 1927 e 1933 – defendeu na ocasião a resolução pacífica dos problemas que afectam os países da América Central, bem como a não ingerência dos Estados Unidos naquela zona.

Manifestando a plena disponibilidade do governo de o povo cubano para procurar formas que permitam a resolução democrática e pacífica dos problemas que afectam a maioria dos países da zona, Fidel Castro justifica a necessidade de Cuba possuir meios de defesa adequados face à agressão que lhe é movida desde 1959 pelos sucessivos governos dos Estados Unidos, e agrava a um nível sem precedentes pela administração Reagan.

devidos pela administração Reagan.

E devido a tal situação que o dirigente cubano considera legítimo, sagrado e irrenunciável o direito à própria defesa, o que levou o povo cubano a organizar-se e preparar-se militarmente de forma massiva.

Assim sendo, sublinha a mensagem a Lopez Portillo, jamais as armas cubanas serão um perigo para os países irmãos da América Latina e as Caraíbas; constituirão, pelo contrário, a garantia de que Cuba continuará a ser uma sólida e irreductível trincheira contra o expansionismo norte-americano.

Fidel Castro deixa claro na sua missiva que se o governo dos Estados Unidos, fonte de todos os problemas que afectam hoje a América Latina e as Caraíbas, assumir o compromisso de não agredir os países vizinhos, de acabar com as suas contínuas ameaças, se deixar de utilizar as suas armas e finanças no apoio a regimes genocidas, se acabar com as actividades subversivas, falhas da mais elemental legitimidade, Cuba está disposta a colaborar com os nobres esforços delineados pelo presidente mexicano em Managua em prol da paz na região, do respeito mútuo e das necessárias transformações a que os cubanos também aspiram.

signos definitivamente perdidas, perde a noção das proporções, e pretende lidar com a comunidade socialista na mesma óptica política com o que o faz em relação aos países onde impôs ditaduras reaccionárias e através delas pôs e dispõe – até ver – da vida dos seus povos.

Mas é aí exactamente que está o equívoco.

Na reunião do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco, Jaruzelski declarou que «se pretendia que se iniciasse na Polónia a divisão da comunidade socialista, a anulação da história de toda uma época», mas garantindo: «impedimos esse desígnio».

Se são possíveis, hoje ainda, situações tão complexas e dramáticas como a gerada na Polónia, não é menos verdade que não há «dixit», não há ingerência, sabotagem, não há forma alguma de contra-revolução que possa liquidar o socialismo quando, no respeito das leis socio-políticas e económicas do socialismo, e contando com a fraterna ajuda da comunidade socialista, os comunistas assumem a vanguarda das massas populares na superação das dificuldades criadas ou impostas. Há um equívoco em Washington: a Polónia não é uma «república das bananas».

PORQUE A LUTA CONTINUA

Todos às manifs. de sábado!

Com reflexos nítidos e muito positivos na contratação colectiva, designadamente nos aumentos de salários a que demos o devido destaque na semana passada, a fase posterior à greve geral de 12 de Fevereiro desenvolve-se, ao nível do movimento sindical unitário, pela mobilização e preparação de novas formas de luta, designadamente as manifestações do dia 6 e a marcha contra o desemprego, aprovadas no plenário nacional de sindicatos convocado pela CGTP-IN em 19 de Fevereiro findo.

No princípio desta semana estavam já marcadas manifestações populares para o próximo sábado, dia 6, em Lisboa, no Algarve (3), Porto, Braga, Figueira da Foz, Setúbal, Aveiro, Santarém, Sourel e Arronches no distrito de Portalegre, Covilhã e Tortosendo, esta última no dia 5.

Algumas manifestações já tinham o percurso fixado nessa altura. É o caso de Lisboa com concentração no Martim Moniz seguida do desfile até à Alameda D. Afonso Henriques.

No Porto, a concentração é na Praça General Humberto Delgado; em Braga na Avenida Central; em Aveiro no Largo da Estação; no Largo da Fonte Luminosa na Figueira da Foz; e na Covilhã no Largo de São de Malta.

No princípio da semana já eram também conhecidos alguns horários do início das concentrações: Lisboa e Setúbal (manifestação conjunta) 14 e 30; Porto, 15 horas; Aveiro, 15 e 30; Santarém, 15 horas; Arronches e Sourel, 15 horas; Figueira da Foz, 15 e 30; Braga, 14 e 30; Tortosendo, 17 e 30; e Covilhã, 15 horas.

As manifestações estão a ser dinamizadas por comissões regionais de apoio, pelas comissões de trabalhadores, delegados sindicais, sindicatos, uniões distritais e federações, mobilizando milhares de trabalhadores e os seus representantes eleitos por todo o País.

Como nas outras sedes de distritos e concelhos onde há manifestações convocadas para sexta e sábado, em Lisboa, no Porto e em Setúbal prosseguem hoje as iniciativas de mobilização popular para o êxito das acções de massas de depois de amanhã.

Hoje na cidade de Lisboa, nos concelhos limítrofes, nas cidades do distrito de Setúbal, nomeadamente em Almada, no Barreiro e em locais de maior passagem, continuam as iniciativas de mobilização para a manifestação conjunta dos dois distritos de Lisboa.

Está prevista uma grande acção de apoio à participação utilizando carros de som, distribuindo comunicados e manifestos com os resultados da greve geral e mostrando a necessidade de continuar a luta.

Nos distritos de Lisboa e Setúbal, a juventude participará nas iniciativas finais da mobilização para a jornada do dia 6.

Apelo da DORL

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP distribuiu entretanto um manifesto apelando à participação em massa na manifestação de sábado.

Sublinhando o êxito da greve geral de 12 de Fevereiro, a DORL reafirma no seu manifesto que «a maior greve de sempre realizada em Portugal constituiu uma magnífica vitória dos trabalhadores e da democracia e uma clara derrota do Governo "AD", do patronato e dos divisionistas da UGT».

Sob o título «Reafirmar a vontade política do Povo/AD-Balsemão/Deemissão», o manifesto da DORL sublinha que a percentagem de adesão à greve geral foi de 85 por cento no distrito de Lisboa.

Apesar de o Governo e o patronato, com o apoio de Mário Soares e da UGT tudo fazerem para impedir a greve «os sectores produtivos essenciais pararam», salienta a DORL. Nos transportes houve uma elevada adesão. Nos concelhos da Cintura Industrial de Lisboa as percentagens de adesão foram elevadíssimas, assim como em muitos sectores como a função pública, empregados, professores, comércio.

Como exemplo de adesão maciça nas empresas, o manifesto da DORL cita os casos da Sorefama, Cometa, Solanco, Gazina, RN, Garris, Metro, Transtejo, CTM, Socarmar, JB Cardoso, Batista Russo, Robiallac, Fábrica Portugal, Fundação de Oeiras, Ford, Covina, Mague, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, A. Barros, Sociedade Nacional de Sabões, Lourenço & Santos, EDP, EPAL, Tabaquei-

ra, Portucel, Construções Mecánicas.

A DORL, que lembra as provocações e mentiras do Governo «AD» sobre a jornada de 12 de Fevereiro, condena novamente o papel desempenhado pelos divisionistas da UGT e por Mário Soares na desmobilização da greve e acusa nomeadamente a UGT de estabelecer «acordos salariais de tração com várias administrações contra os interesses dos trabalhadores, com o objectivo de os desmobilizar da participação na greve geral».

Com um não em destaque ao golpe de Estado, a DORL, no seu apelo à manifestação, afirma que, «com a revisão inconstitucional da Constituição e o acordo da "AD" com Mário Soares, a "AD" passaria a «dominar as Forças Armadas, e o Presidente da República a ser uma mera figura de representação do Estado, sem poderes efectivos».

Milhões e meio de trabalhadores disse não ao Governo da "AD" sublinha a DORL referindo-se à participação na greve geral e apelando à continuação da luta através das manifestações de sábado.

«No dia 6, do Martim Moniz para a Alameda — conclui o manifesto — os trabalhadores do distrito de Lisboa vão dar voz à exigência nacional de demissão do Governo "AD". A DORL do PCP apela ao povo do distrito de Lisboa para que participe nesta grande acção de massas, por melhores salários, contra o aumento do custo de vida e o tecto salarial, pela demissão do Governo "AD" e por eleições gerais».

Adesão em Setúbal

No distrito de Setúbal os trabalhadores preparam activamente a manifestação. Referindo um conjunto de acções de preparação e mobilização para o êxito da jornada, o secretariado da União dos Sindicatos destacava na última segunda-feira a realização de 9 plenários de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, com a participação de «centenas de activistas, onde o apoio à manifestação foi unânime», bem como a realização, com o mesmo apoio, de plenários de trabalhadores e a preparação de dezenas de outros plenários até à véspera da jornada.

O comunicado da União dos Sindicatos de Setúbal acrescenta que «foram colados 15 mil cartazes, colocados mais de 60 panos de rua, distribuídos 120 mil manifestos à população, programada a distribuição de 200 mil folhas

volantes e propaganda sonora até sábado, dia 6».

O secretariado da USS salienta ainda a «adesão de dezenas de comissões de moradores, colectividades, associações culturais e recreativas», bem como de outras organizações do movimento popular e das organizações representativas das mulheres, dos jovens e dos reformados».

Nos concelhos têm sido distribuídos documentos de apelo às populações.

O secretariado da USS conclui o seu comunicado afirmando que «o trabalho desenvolvido até agora dá-nos a garantia de que os trabalhadores e a população do distrito de Setúbal estarão presentes em massa na manifestação, respondendo uma vez mais ao apelo das suas organizações representativas, trazendo à rua a verdade da greve geral e demonstrando o isolamento do Governo e o repúdio que a sua política suscita na generalidade da população portuguesa».

No distrito do Porto numerosos plenários e reuniões de delegados sindicais tiveram entretanto grande participação para preparar convenientemente a manifestação do dia 6.

Entre os plenários destacam-se os realizados nos têxteis, metalúrgicos, vestuário, indústrias eléctricas, rodoviários, gráficos, madeiras, químicos, hidratos de carbono, bebidas, calçado, conservas, cerâmicos e telefonistas.

Em Custódias a Assembleia da Freguesia aprovou uma moção de apoio à manifestação. A população é chamada a participar na jornada que começa às 15 horas na Praça General Humberto Delgado no Porto.

Anteontem estavam marcadas várias pré-concentrações no Automóvel Clube de Portugal, na Praceta 25 de Abril, em Gaia, no Infante, no Campo 24 de Agosto, na Praça Carlos Alberto e na Corujeira.

Manifestações no Algarve

Convocadas pela União dos Sindicatos de Faro e apoiadas pelas Uniões locais de Portimão e Lagos eram marcadas entretanto no Algarve três concentrações para o próximo sábado dia 6: uma em Portimão, abrangendo todos os concelhos do Barlavento Algarvio; outra em Olhão, abrangendo os concelhos de Olhão, Faro e Loulé; e a última em Vila Real de Santo António. As duas primeiras começam às 16 horas e a de Vila Real às 15.

LISBOA
PORTO
AVEIRO
COVILHÃ
BRAGA
ARRONCHES
VILA REAL STO. ANTÓNIO
CASTELO BRANCO
BEJA
TORTOSENDO
FIGUEIRA DA FOZ
OLHÃO
SANTARÉM
PENICHE
MARINHA GRANDE
SEIA
SOUSEL
PORTIMÃO
ÉVORA
ETC.

CONTRA O DESEMPREGO

UMA MARCHA SOLIDÁRIA E NACIONAL

Sensivelmente dentro de um mês começará, em dois percursos a Marcha contra o desemprego.

Activamente preparada por todo o País e contando com o apoio indispensável da juventude (e não apenas da que está desempregada) a iniciativa aprovada, como se sabe, em plenário nacional de sindicatos em 15 de Janeiro findo e confirmada em 19 de Fevereiro noutra plenário nacional, promete representar um ponto alto na luta pelo direito ao trabalho e contra os despedimentos em Portugal.

Uma vinda do Norte, onde o desemprego faz milhares de vítimas em vários sectores com relevo para o têxtil e para o contingente feminino, outra do Sul, onde o assalto contra a Reforma Agrária tem lançado no desemprego um número elevadíssimo de trabalhadores, a Marcha precisa de apoio de todos os trabalhadores empregados e sem emprego, mulheres e jovens, do apoio de

toda a população. Para ser uma grande jornada de luta, a Marcha precisa do empenho militante de todo o movimento sindical e não apenas dos trabalhadores directamente afectados pelo desemprego.

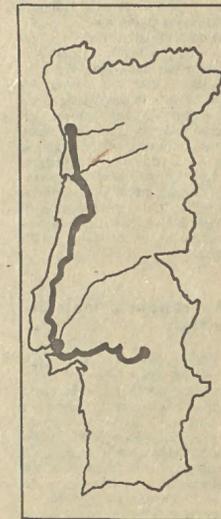
Calendário e percursos

O movimento sindical unitário que organiza a marcha contra o desemprego distribuiu, um pormenorizado guia do participante com os objectivos dessa jornada de luta, o calendário e os percursos Sul e Norte.

«A marcha contra o desemprego não se dirige especificamente aos desempregados», sublinha o guia acrescentando que «embora estes constituam um componente essencial, os trabalhadores em geral são chamados a manifestar a sua solidariedade das mais variadas formas».

• Acções de solidariedade traduzidas em plenários e paralizações de apoio à marcha, concentrações, manifestações, recolha de fundos, abaixo-assinados, etc.;
• Sessões públicas onde será debatida a problemática do desemprego e as suas consequências;
• Iniciativas culturais, recreativas e desportivas destinadas às populações e aos participantes.

Os organizadores da marcha recomendam que as inscrições devem fazer-se até ao próximo dia 8. Os dois percursos têm início, como se sabe, em 27 (Norte) e 29 (Sul) deste mês e terminam ambos em Lisboa no mesmo dia (3 de Abril), concentrando-se os manifestantes na Praça do Marquês de Pombal e desfilando até ao Rossio.



448 mil desempregados

Com uma taxa de desemprego superior a 8,8 por cento (1,3 por cento em 1974) Portugal tem hoje, segundo estudos da CGTP-IN, cerca de 448 mil desempregados. Subavaliado pelo Instituto Nacional de Estatística, o desemprego atinge muitos mais

trabalhadores do que os 380 mil do total divulgado oficialmente para 1981. As mulheres e os jovens, nomeadamente os que procuram o primeiro emprego estão entre os primeiros atingidos. 177 mil jovens procuravam um primeiro emprego em 1980; representavam 52 por cento dos

desempregados; 67,2 por cento dessas jovens tinham menos de 25 anos. Quanto às mulheres, calcula-se hoje em mais de 70 por cento a taxa que lhes cabe entre os desempregados. Em 1974 essa percentagem não ia além dos 48,8 por cento.

